



GIOVANA BORGES FIORINI

**A ABORDAGEM DO VERNÁCULO NO LIVRO DIDÁTICO
DE LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO MÉDIO**

**LAVRAS – MG
2023**

GIOVANA BORGES FIORINI

**A ABORDAGEM DO VERNÁCULO NO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA
PORTUGUESA NO ENSINO MÉDIO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Letras, área de concentração Linguagem, Cultura e Sociedade, para a obtenção do título de Mestre.

Profa. Dra. Raquel Márcia Fontes Martins
Orientadora

**LAVRAS – MG
2023**

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Fiorini, Giovana Borges.

A abordagem do vernáculo no livro didático de língua
portuguesa no ensino médio / Giovana Borges Fiorini. - 2023.
85 p. : il.

Orientador(a): Raquel Márcia Fontes Martins.

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de
Lavras, 2023.

Bibliografia.

1. variação linguística. 2. vernáculo. 3. livro didático. I.
Martins, Raquel Márcia Fontes. II. Título.

GIOVANA BORGES FIORINI

**A ABORDAGEM DO VERNÁCULO NO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA
PORTUGUESA NO ENSINO MÉDIO**

**THE VERNACULAR APPROACH IN THE PORTUGUESE LANGUAGE BOOK IN
HIGH SCHOOL**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Letras, área de concentração Linguagem, Cultura e Sociedade, para a obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 21 de março de 2023.

Prof. Dr. Márcio Rogério de Oliveira Cano UFLA

Profa. Dra. Ana Paula Huback Columbia University

Documento assinado digitalmente
 RAQUEL MARCIA FONTES MARTINS
Data: 24/03/2023 21:41:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Raquel Márcia Fontes Martins
Orientadora

**LAVRAS – MG
2023**

*À pessoa que mais me incentiva, motiva e apoia
incondicionalmente - Stefan Pouyu,
meu amor, meu amigo, meu cúmplice.*

*À minha pequena Clarissa, luz da minha vida,
que me concedeu a força para a finalização deste trabalho.*

*“Na serenata do sonho
ouvi um somido de estrelas.
Discos de ouro rolando
trazendo impresso teu nome.”
Clarissa.
(Cora Coralina)*

Mamãe te ama muito!

Dedico

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço imensamente à professora Raquel Márcia Fontes Martins pela minha aceitação no programa de pós-graduação com sua orientação, paciência, extrema compreensão e disposição para me auxiliar a chegar ao fim deste trabalho.

À minha mãe (*in memoriam*) pelo esforço e dedicação na minha criação e pelo amor incondicional.

Aos poucos amigos e familiares que compreendem a importância dos estudos, sempre me encorajando para que eu não desistisse de concluir mais essa etapa em minha vida.

Ao Stefan, meu amado companheiro de vida, que sempre esteve ao meu lado, me impulsionando em busca de novas conquistas, me tornando uma pessoa melhor. Eu te amo.

À banca avaliadora, por aceitarem fazer parte de um momento tão crucial em minha educação e por serem gentis em suas sugestões e comentários.

Por fim, agradeço ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Lavras por ter me proporcionado a realização de um sonho.

MUITO OBRIGADA!

RESUMO

A variação linguística é matéria presente no cotidiano de todos os falantes; o vernáculo é a fala mais livre, espontânea e não monitorada da língua; e o livro didático figura como um importante suporte para o professor no processo de ensino-aprendizagem, tendo um papel crucial na educação. Portanto, no presente trabalho, buscou-se investigar a existência de uma abordagem da variação linguística e do vernáculo dentro do livro didático de língua portuguesa. A amostra foi constituída por três coleções aprovadas no PNLD 2021: Ensino Médio – cada coleção é composta pelas três séries do EM (volume único), somando um total de nove livros analisados, sendo eles: *Estações Língua Portuguesa*, de Fernanda Pinheiro Barros *et al*; *Interação Português*, de Graça Sette *et al*; e *Se liga nas linguagens: português*, de Wilton Ormundo e Cristiane Siniscalchi. Todas as coleções aprovadas no PNLD 2021 são utilizadas em escolas municipais e estaduais do Brasil. Para a realização da pesquisa, fez-se necessário a utilização de um corpus que trouxesse conceitos importantes sobre Sociolinguística, Variação e Ensino, Vernáculo, Livro Didático etc, utilizando textos de estudiosos como Bagno (2002, 2007, 2013, 2021), Bortoni-Ricardo (2004, 2014), Faraco (2008, 2015, 2021), dentre outros, além dos documentos oficiais que regem o ensino no Brasil. A análise conclui que o trabalho com a variação linguística segue sendo apresentado timidamente no livro didático, assim como o trabalho com o vernáculo resume-se a sua utilização apenas em textos, mas não em todas as coleções e sem a devida atenção ou estudo.

Palavras-chave: Variação linguística. Ensino. Livro didático. Vernáculo.

ABSTRACT

Linguistic variation is a subject that exists in the daily lives of all speakers; the vernacular is the freest, most spontaneous and unmonitored speech of the language; and the textbook works as an important support for the teacher in the teaching-learning process, playing a crucial role in education. Therefore, in this work, we sought to investigate the existence of an approach to linguistic and vernacular variation within the Portuguese language textbook. The sample was consisted of three collections approved in the PNLD 2021: High School - each collection is composed of the three EM series (single volume), adding a total of nine books analyzed, namely: *Estações Língua Portuguesa*, by Fernanda Pinheiro Barros *et al* ; *Interação Português*, by Graça Sette *et al*; and *Se liga nas linguagens: português*, by Wilton Ormundo and Cristiane Siniscalchi. All collections approved in PNLD 2021 are used in municipal and state schools in Brazil. To carry out the research, it was necessary to use a corpus that brought important concepts about Sociolinguistics, Variation and Teaching, Vernacular, Textbook, etc., based in texts by scholars such as Bagno (2002, 2007, 2013, 2021), Bortoni- Ricardo (2004, 2014), Faraco (2008, 2015, 2021), among others, in addition to the official documents that rules teaching in Brazil. The analysis concludes that the work with linguistic variation continues to be timidly presented in the textbook, just as the work with the vernacular is limited to its use only in texts, but not in all collections and without due attention or study.

Keywords: Linguistic variation. Teaching. Textbook. Vernacular.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E ENSINO	13
2.1 Sociolinguística e Variação Linguística: de onde vem o preconceito?.....	13
2.2 A pedagogia da variação linguística no ensino de Língua Portuguesa.....	18
3. O VERNÁCULO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO	25
4. VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA	29
4.1 A legitimação do livro didático no ensino.....	29
4.2 A variação linguística no LD de língua portuguesa	32
5. O VERNÁCULO NA BNCC E NO PNLD	34
6. METODOLOGIA	43
7. ANÁLISE E RESULTADOS	47
7.1 Coleção “Estações Língua Portuguesa: rotas de atuação social” (1º ao 3º ano do EM).....	47
7.2 Coleção “Interação Português” (1º ao 3º ano do EM).....	57
7.3 Coleção “Se Liga nas Linguagens – Português” (1º ao 3º ano do EM).....	64
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
REFERÊNCIAS.....	82

1. INTRODUÇÃO

A Sociolinguística é uma área dos estudos linguísticos que busca conhecer a língua em seu uso corriqueiro, real, relacionando-a sempre ao contexto social e cultural de cada lugar (CEZARIO; VOTRE, 2012). Com esse pensamento em foco, segundo Gumperz (1974, citado por BORTONI-RICARDO, 2014, p. 13):

Na atualidade, [...], [a Sociolinguística] converteu-se em uma disciplina central, preocupada com todos os aspectos da comunicação verbal nas sociedades humanas. Em particular, com as formas como a comunicação influi e reflete as relações de poder e dominação, com o papel que a linguagem joga na formação e perpetuação de instituições sociais, assim como, com a transmissão da cultura.

Portanto, é importante que o meio escolar trate sobre as variedades da língua, uma vez que, conforme Lucchesi (2015, p. 80) “a formação da sociedade brasileira se deu em um quadro de multilinguismo generalizado”, ou seja, o português do Brasil se formou ante uma pluralidade linguística. Além dessa situação de multilinguismo em nosso país, há de se notar a heterogeneidade que há em uma única língua, como o português brasileiro (PB), que apresenta diversas variedades. A preocupação em estudar e teorizar os aspectos da fala dentro dos contextos sociais e a comprovação da presença de relações de dominação e poder na comunicação – conforme versa Gumperz – tornam importante o ensino das variedades existentes na língua como forma de emancipação dos estudantes quanto ao preconceito linguístico e discriminações, dentre outras, que vêm permeando a sociedade há bastante tempo.

Até o ano de 1997, em âmbito nacional, existiam alguns documentos que orientavam a educação brasileira, estando entre eles a Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Segundo o portal eletrônico do Ministério da Educação (MEC), a LDB foi sancionada em 1961 e reformulada em 1971 e assegurava o direito à educação com recursos do Estado, dando mais poder de decisão aos órgãos estaduais e municipais. Dessa forma, cada estado e município criaram suas próprias diretrizes educacionais. A LDB objetivava, ainda, ofertar aos estudantes a qualificação do trabalho, para o exercício da cidadania e desenvolvimento de suas vocações.

Antes da LDB, o que existiam eram leis e decretos de definições mais gerais, como divisão e destinação de recursos, aberturas de programas educacionais para faixas diversificadas de idade, dentre outros. Após a LDB, outros marcos importantes surgiram, como a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), em 1961, que definia metas quantitativas

e qualitativas para o ensino; o Programa Nacional de Alfabetização (PNA), em 1964, que pretendia promover uma alfabetização em massa; o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), em 1985, que visava a distribuição gratuita de livros didáticos para estudantes do ensino público do país; e a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que estabelecia normas para todo o sistema educacional e educação indígena, sendo uma nova versão da LDB de 1971.

Em 1997, o MEC publicou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), um conjunto de documentos que reúne propostas para “a renovação do ensino nas escolas brasileiras” (BAGNO, 2007, p. 27), sendo esse um marco importante para a mudança na concepção de ensino de Língua Portuguesa dentro das escolas. Foi através dos PCN que surgiram as primeiras definições de ensino voltadas para uma perspectiva sociolinguística como pode ser verificado no que versa Bagno (2007, p. 28):

Embora trazendo a data de 1997, esse texto na verdade revela o impacto produzido, na política educacional, por uma ampla discussão que já vinha sendo empreendida nas universidades brasileiras desde pelo menos 20 anos antes da publicação dos PCN. Ao lado de outros aspectos igualmente importantes para a renovação do ensino de língua no Brasil, os PCN introduziram alguns conceitos até então pouco conhecidos na prática docente, conceitos provenientes de uma disciplina relativamente nova dentro dos estudos da linguagem, a Sociolinguística.

Se, anteriormente, era possível contar com as orientações contidas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), hoje, tem-se como o principal documento orientador a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que faz a indicação de temáticas a serem trabalhadas dentro dos livros didáticos como no caso da variação linguística. Esse trabalho com a variação linguística também é um quesito para que materiais didáticos recebam a aprovação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que examina quais coleções atendem às metodologias que são adequadas à realidade sociocultural das escolas.

Mesmo com as orientações dos documentos e da avaliação pelo PNLD, a inclusão do tema da variação linguística nos livros didáticos ainda acontecia, até os anos passados, em pequena escala, não sendo contemplada da forma como deveria na maioria das vezes. Bagno (2007), em seu livro *Nada na língua é por acaso*, faz uma reflexão acerca dessa questão dizendo que mesmo havendo uma tentativa, por parte dos autores, de tratar da variação nos livros, isso fica a desejar pela ausência de uma base teórica sólida, de conceitos explícitos e pela confusão quanto aos termos sobre a temática.

Diante do contexto exposto, o objetivo deste trabalho é investigar a existência de uma abordagem do vernáculo – que é uma variedade linguística de fala mais livre, espontânea e não monitorada – dentro das coleções. Ao analisar a presença do vernáculo, busca-se verificar se há algum trabalho com a variação linguística, de modo geral, dentro dos livros escolhidos, uma vez que o vernáculo, como variedade da língua, é relacionado ao fenômeno da variação. Em caso positivo, será analisado de que forma esse vernáculo e essa variação linguística são tratados nos livros didáticos. Para tanto, foram selecionadas três coleções para a análise, abrangendo os três anos do Ensino Médio (EM).

Este trabalho, ao longo de seu referencial teórico, mostra também que é necessário desmistificar a ideia da existência de uma língua única como forma de padronizar a fala. É o que pode ser verificado no que versa Lucchesi (2015, p. 82),

[...] o português superou as línguas indígenas e africanas, tornando-se a língua hegemônica no Brasil. [...]. Durante muito tempo, a repressão às práticas linguísticas e culturais indígenas e africanas, ou mesmo sua eliminação, [...] eram vistas como parte inerente ao processo da civilização brasileira. [...]. Resgatar a verdadeira dinâmica e as reais implicações do contato entre línguas na história sociolinguística do Brasil [...] é peça crucial na luta contra o preconceito e a discriminação na sociedade brasileira, sobretudo em suas conotações linguísticas e racistas, que estão intimamente associadas [...].

Para que ocorra tal mudança ideológica, é preciso que o estudante seja esclarecido quanto à variação da língua, suas situações de uso e a importância de cada variedade. Esse trabalho de esclarecimento cabe à escola, por meio de seus materiais, metodologias e atuação do professor. A abordagem da variação linguística no livro didático pode ser capaz de promover a quebra de preconceitos relacionados à fala, expondo aos discentes de que forma sua língua foi formada, considerando todo um contexto histórico que contribuiu para a existência de tamanha diversidade linguística na sociedade.

Sendo assim, a fim de que se chegue a um entendimento sobre o que é o vernáculo e de que ele faz parte da variação linguística como variedade, faz-se necessária uma revisão de literatura voltada para a Sociolinguística e sua relação com o ensino de Língua Portuguesa (LP) – a Sociolinguística Educacional. Serão confrontados, nesta pesquisa, conceitos como os de norma/variedade culta, norma-padrão e vernáculo. É preciso que se verifique quais são as problematizações acerca da presença da variação linguística nos livros didáticos e o que dizem os documentos oficiais sobre o trabalho com a oralidade. Dessa forma, por meio da metodologia

e da análise e discussão dos elementos encontrados é que chegamos às conclusões lançadas nas considerações finais da pesquisa.

2. VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E ENSINO

Nas subseções a seguir, serão discutidas as relações entre a Sociolinguística e o ensino e serão levantados importantes pontos, como o preconceito linguístico e a pedagogia da variação linguística. Serão abordados conceitos, como Sociolinguística Educacional e ensino da variação, preconceito linguístico, origem dos livros didáticos, dentre outros importantes para a compreensão deste trabalho.

2.1 Sociolinguística e Variação Linguística: de onde vem o preconceito?

A Sociolinguística é uma vertente de estudo da linguística que analisa linguagem e sociedade de forma conjunta. Ela surge como uma forma de reação aos princípios do Estruturalismo e do Gerativismo. Já no início do século XX, havia alguns estudiosos que admitiam língua e sociedade como um conjunto. Dentre esses estudiosos, estavam Antoine Meillet, Mikhail Bakhtin e membros do Círculo de Praga. Porém, a corrente sociolinguística teve início na década de 1960, por meio de pensadores que admitiam uma associação entre a fala e o falante (BORTONI-RICARDO, 2014), estando ambos em situação indissociável, tendo em vista a real função da língua – a comunicação.

O mais importante estudioso dentro da Sociolinguística foi o linguista norte-americano William Labov, que impulsionou a Sociolinguística Variacionista ou Teoria da Variação. Na década de 1960, Labov trouxe questionamentos e teorias sobre como a língua se estruturava. Os destaques desse olhar de Labov são os fenômenos de variação e de mudança linguística e sua relação com o fator social (COELHO et al., 2010). Antes de partir para a explicação sobre a teoria, faz-se necessário conceituar o mencionado termo “variedade”, tendo em vista que ele é fundamental para a compreensão da heterogeneidade de uma língua. Assim, segundo Martins e Guimarães (2016, p. 65):

Variedade linguística é um dos diversos modos de falar uma língua que se relacionam a fatores sociais, como origem geográfica, classe social, gênero, idade, escolaridade etc. Dessa forma, por exemplo, no português brasileiro, o modo de falar da cidade de Rio Branco (AC) é uma variedade linguística diferente do modo de falar da cidade de Porto Alegre (RS), que tem outra variedade linguística.

Portanto, a Sociolinguística Variacionista ou Teoria da Variação mostra que a variabilidade linguística se explica pela interferência de fatores sociais. São fatores como gênero, classe, idade, nível de escolaridade, situações de uso, dentre outras, que provocam essa variação, fazendo com que existam formas de fala diferentes da norma-padrão e da variedade culta, inclusive de pessoas mais escolarizadas (CEZARIO; VOTRE, 2012).

O foco dos estudos sociolinguísticos, então, é a variação, fenômeno constante em todas as línguas. Essa variação provém de “[...] uma ampla riqueza de usos, práticas e variedades no âmbito da própria língua portuguesa falada no Brasil, diferenças essas de caráter diatópico (variações regionais) e diastrático (variações de classes sociais) [...]” e mostram que “[...] as línguas não são homogêneas, usadas por todos os seus falantes da mesma maneira” (BORTONI-RICARDO, 2014, p. 24-23), mas sim, heterogêneas. Mesmo sendo heterogênea, a língua possui uma estruturação, de forma que, apesar de haver variação linguística, as pessoas de uma mesma comunidade são capazes de se comunicarem.

Sendo o foco de estudo da Sociolinguística, as variedades são todas as maneiras diferentes dos falares de uma comunidade, como é o caso das comunidades mineira, paulista, nordestina, carioca, dentre outras, cada uma com uma variedade linguística diferente dentro da língua portuguesa. Porém, essa variação nem sempre foi bem vista e, mesmo na atualidade, ainda há um grande preconceito relacionado às variedades do português. Para a compreensão do surgimento do preconceito linguístico, faz-se aqui um retrospecto do surgimento da língua portuguesa brasileira.

Segundo Clare (2003), desde o “descobrimento” do país a língua portuguesa, proveniente de Portugal, foi aos poucos sendo introduzida no Brasil. A educação brasileira começou com os jesuítas, através do processo de catequização. Nesse período, algumas línguas como as indígenas e o latim eram faladas no país, sendo o latim usado apenas no ensino dos jesuítas. A língua usada por comerciantes e outros trabalhadores era uma mistura das línguas indígenas e do latim, criando naquela época uma espécie de língua geral, usada para a comunicação em todo o Brasil (RAUPP, 2005). O português vindo de Portugal, regido por regras gramaticais, de fala polida e disciplinada era, até meados do século XVIII, uma língua escolar, voltada apenas para a alfabetização de poucas pessoas provenientes de classes abastadas da sociedade brasileira, não representando, portanto, a língua dominante no país (CLARE, 2003).

A consolidação da língua portuguesa no Brasil começa na segunda metade do século XVIII, com a vinda dos imigrantes portugueses, a expulsão dos jesuítas e com as reformas no ensino implantadas pelo Marquês de Pombal, a fim de evitar que a língua geral predominasse. Essas medidas pombalinas tornavam obrigatório o ensino do português nas escolas como língua oficial, abrangendo leitura e escrita (RAUPP, 2005).

Todo esse ensino da língua portuguesa no Brasil orientava-se por antigos princípios da época dos alexandrinos, que buscavam uma norma literária que mantivesse a erudição presente nas obras clássicas. Dessa forma, o ensino da escrita, pautado na norma-padrão (NP) no Brasil, apoia-se em concepções ultrapassadas de língua e linguagem (BAGNO, 2002). Ainda segundo Bagno (2001, p. 15-23, apud BAGNO, 2002, p. 27),

Essas concepções se baseiam, [...], em visões de mundo pré-científicas e estruturas sociais organizadas em sistemas aristocráticos, como era o caso da sociedade grega na Antiguidade clássica, quando nasceu a Gramática Tradicional, e também da sociedade renascentista, onde uma pequena elite intelectual, inspirada na Antiguidade clássica, empreendeu os primeiros esforços de normatização das línguas nacionais europeias.

Sendo assim, a norma-padrão ensinada hoje nas escolas para o aprendizado da escrita é fruto de uma linguagem usada por aristocratas do período renascentista; linguagem essa a qual todos os usuários da língua deveriam se adaptar. No final do século XIX, estudava-se a gramática e a leitura ancoradas em obras de autores portugueses e alguns brasileiros que seguiam o modelo clássico, reforçando a concepção de que somente quem dominava uma escrita baseada no modelo desses autores era considerado um dominante da “boa escrita”.

No início do século XX, surgiram novas teorias linguísticas que trouxeram um primeiro sinal de mudança, porém, o ensino de LP continuava baseado na Gramática Tradicional (GT), procurando colocar a língua escrita sob padrões específicos, marginalizando as variedades linguísticas existentes. O ensino de português deveria levar o discente a encaixar o sistema linguístico dentro de regras gramaticais e a escola deveria propagar e impor a variedade culta como forma de continuar atendendo aos interesses das classes dominantes. Bagno (2002, p. 29) diz que todo o processo histórico-social serve para demonstrar “o esforço dos detentores do poder de mostrar que tudo o que surge no seu meio social é intrinsecamente bom e válido e, por conseguinte, deve ser adotado como modelo ideal por todos os demais membros da sociedade”.

Mesmo após o surgimento dos pressupostos teóricos da Sociolinguística e da Teoria Variacionista de Labov, o preconceito linguístico continua existindo, visto que foi instaurado

desde o descobrimento do Brasil, por meio de “[...] uma maciça hegemonia do português, que resulta de um violento processo histórico de homogeneização linguística [...]” (LUCCHESI, 2015, p. 81). A problemática da perpetuação do preconceito linguístico, que se abate sobre o português brasileiro desde o século XVI, pode ser confirmado pelo que versa Lucchesi (2015, p. 85),

[...] a língua ainda constitui o plano da cultura em que a consciência social de respeito à diferença e a pluralidade menos avançou, predominando na sociedade o ideal de uma língua única, homogênea e rigidamente normatizada. O estigma que hoje se abate sobre as formas mais típicas da linguagem popular, [...] funda-se na ignorância em relação à verdadeira dinâmica da língua e no desconhecimento da história sociolinguística do Brasil.

Portanto, a conceituação de certo e errado que se faz sobre a língua falada, uma forma de preconceito linguístico, está presente na sociedade desde o início, sendo mantido pelas classes dominantes, conforme Bagno (2002). É um estigma que vem ao longo do tempo sendo apoiado e reforçado por uma mídia que prega o “tradicional”, a norma-padrão sempre presente nos livros escolares. Bagno (2007, p. 40), define da seguinte forma o preconceito linguístico:

[...] se baseia na crença de que só existe [...] uma única língua portuguesa digna desse nome e seria a língua ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas e catalogada nos dicionários. Qualquer manifestação linguística que escape desse triângulo escola-gramática-dicionário é considerada, sob a ótica do preconceito linguístico, ‘errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente’, e não raro é a gente ouvir que ‘isso não é português’.

Para que se compreenda como surgiu o preconceito linguístico e a errônea classificação de “certo” e “errado” na fala e na escrita, faz-se necessário verificar alguns conceitos sobre as diferenças existentes entre norma-padrão e “norma” culta no português brasileiro. Essas diferenças entre a norma-padrão e a variedade culta geram muitas discussões e confusões sobre suas respectivas definições e contribuem para que o preconceito linguístico se instale socialmente – há uma falsa sinonímia entre o culto (formas empregadas no dia a dia) e o padrão (que não é uma variedade, mas sim uma língua artificial, criada para ser um modelo de língua a ser seguido) (BAGNO, 2020). Essa falsa sinonímia parece se agravar ao utilizar o termo “norma” para ambos os casos, como podemos ver a seguir.

A norma-padrão não é a língua real, utilizada no dia a dia pelos falantes do português, mas é, segundo Bagno (2002, p. 27) um “ideal de língua (supostamente) codificado nas gramáticas normativas”, ou seja, é um conjunto de regras gramaticais aplicadas à fonologia, morfologia e sintaxe, que ditam como a escrita deve se estruturar para ser compreendida como

“correta”. Na norma-padrão não são admitidas interferências externas que geram variedades, apesar de ela ser um “produto” cultural utilizado por usuários com maior grau de instrução e letramento, que tiveram acesso ao aprendizado da gramática normativa (GN) e que estão inseridos em contextos de poder político, econômico, cultural etc. Apesar de tratar a variedade padrão como “idealizada”, Bagno admite que a norma-padrão não é de todo negativa, uma vez que coloca normas (regras) na língua de uma sociedade que também é regida por uma série de regras (BAGNO, 2007).

Já a “norma” culta – ou *variedade* culta – é uma variedade presente na esfera de falantes mais letrados, usada em situações de fala e/ou escrita mais monitoradas, representando uma variedade linguística altamente valorizada e prestigiada (FARACO, 2008). Essa variedade tornou-se, ao longo do tempo, uma marca linguística que representa pessoas com maior grau de escolaridade, mais letradas, mais “cultas”. É por conta de tal definição – de que a variedade culta é mais utilizada em grupos sociais de elite e, por consequência, meios compostos por pessoas mais escolarizadas – que surge o erro de dizer que as “normas” culta e padrão são sinônimas e intercambiáveis.

Faraco (2008) desconstrói essa ideia explicando que a variedade culta é uma expressão real da língua, utilizada por falantes de determinado meio social em determinadas situações, e que a norma-padrão é um conjunto de regras provenientes do mundo real, criada com intenções políticas para servir como referência para as outras variedades da língua, buscando uma uniformização que leve ao “bem falar e/ou escrever”. Portanto, a norma-padrão não deve ser confundida com a variedade culta, uma vez que a padrão se constitui de um conjunto de regras criadas artificialmente, enquanto a culta é a realização concreta da língua, uma variedade utilizada por estratos sociais mais privilegiados.

Dada a diferenciação entre as “normas”, é possível verificar que a classificação quanto a certo e errado dentro da escola é infundada, visto que não existe fala “certa” ou “errada” e sim variedades da língua portuguesa. Assim como a variedade culta, as outras variedades são regidas pelas mesmas regras criadas socialmente (a norma-padrão), mesmo havendo modificações fonéticas, fonológicas, ortográficas e/ou semânticas dentro de um enunciado. Por exemplo, o falante da frase ‘*Cê pode ficá qui hoje?*’ (variedade + espontânea da língua = menos formal), segue a mesma construção sintática do falante da frase ‘*Você poderia ficar aqui hoje?*’ (variedade - espontânea da língua = mais formal). Em ambos os casos, foi possível uma

compreensão do que foi dito sem que houvesse uma quebra da regra sintática básica, criada pela norma-padrão, seguindo a clássica construção sujeito+verbo+predicado.

Há sempre exceções e casos isolados, e este trabalho não pretende entrar em análises sintáticas para que não se perca a discussão essencial, porém, de forma geral, a mesma norma-padrão que abarca uma variedade culta, abarca também outras variedades da língua. Conseqüentemente, a classificação “certo” e “errado” que perpetua na língua é uma conceituação preconceituosa, tornando-se uma espécie de "doutrina" monolinguística, defendendo o uso de uma variedade única – que seria a culta, apoiada na norma-padrão –, desconsiderando o fato de que a língua é heterogênea e não homogênea. A variedade culta apoia-se, segundo os defensores do monolinguismo ou ainda conforme o que mantêm os que desconhecem com mais profundidade a língua, na norma-padrão. Todavia, é preciso ajudar os estudantes para que cheguem à conclusão de que a mesma norma-padrão está presente na variedade menos monitorada (o vernáculo), como o que foi explicitado no parágrafo anterior, assim como está presente em qualquer outra variedade.

Nesse sentido, compreende-se que as noções sobre Sociolinguística se relacionam ao universo da educação. Portanto, após a apreensão de conceitos importantes, diretamente ligados aos estudos sobre a língua, é discutido, na subseção seguinte, a significativa conexão que há entre Sociolinguística e ensino.

2.2 A pedagogia da variação linguística no ensino de Língua Portuguesa

O ensino de língua materna no Brasil por centenas de anos tem sido apoiado na gramática normativa (GN), porém, após tanto tempo, esse tipo de ensino não é ideal ante as transformações sociais ocorridas nos últimos séculos. Conforme Bagno (2002), não é possível que o ensino atual ainda esteja embasado em um conjunto normativo do “bem falar e escrever”, utilizando uma norma-padrão que não admite novos usos gramaticais, visto que “toda língua é um feixe de variedades” (BAGNO, 2020, online).

Após o surgimento da Sociolinguística, com estudos que comprovam as variedades e mudanças constantes da língua, admitindo-se a heterogeneidade, faz-se necessário uma mudança educacional no sentido de levar para a sala de aula os resultados dos estudos sociolinguísticos. Sendo a língua praticada diariamente por seus falantes, é impossível que

sejam ignoradas as diversas variedades que partem de diferentes contextos de uso, de múltiplos nichos sociais. Faraco (2020, online), versa ser importante “ensinar o respeito linguístico incondicional, mostrando que o quadro sociedade/língua é amplo e que o modo como cada pessoa fala, espelha a sua realidade socioeconômica e sociocultural, da sua classe social”. É baseado nesse pensamento que se torna imprescindível o ensino da variação linguística como forma de ampliar a competência comunicativa dos discentes, pensando sempre nas diferenças linguísticas surgidas através de contexto histórico, geográfico e social (CYRANKA, 2016).

É bastante conhecido e discutido que o ensino de língua atual é persistente em noções equivocadas de “certo” e “errado”, conceitos esses reforçados pelas GN. Na escola o estudante é levado a “corrigir” sua fala e escrita, sem receber a explicação necessária, uma informação sobre as diferenças linguísticas e seus usos adequados. Conforme Cyranka (2016, p. 169),

Como consequência do desconhecimento ou da não observação desse princípio da linguagem, a disciplina de Língua Portuguesa na escola, além de se tornar um tormento, produz resultados baixíssimos, do ponto de vista da formação do leitor/escritor/falante/ouvinte maduros. Isso porque, não reconhecendo a legitimidade do vernáculo de seus alunos, afirmando, inadvertidamente, que eles desconhecem a gramática da sua língua materna, apesar de isso ser falso [...], a escola rouba-lhes a indispensável crença de que sejam falantes competentes, embora necessitem, como é natural, ampliar essa competência; precisam não apenas distinguir os diferentes contextos em que estão inseridos, mas também serem capazes de agir com adequação linguística nesses contextos.

Em face da fala da autora, percebe-se que é insuficiente pensar o ensino de Língua Portuguesa como exclusivamente um conjunto de regras a serem seguidas, ignorando-se todas as influências exteriores e temporais. De acordo com Bagno (2020, online), “o tratamento da variação linguística aparece no ensino desde o final dos anos 1990, mas até hoje muitas pessoas não sabem como lidar com o tema em sala de aula”.

Para que haja uma reflexão mais aprofundada sobre a importância da relação entre Sociolinguística e ensino, torna-se adequado uma contraposição entre as concepções de linguagem que predominaram até meados do século XX e os postulados da Sociolinguística, que surgiram após 1960. Para isso, será usada a comparação entre o que a Sociolinguística postula e rejeita, feita em Coelho (et al, 2010, p. 153):

Quadro 1 – A abordagem da Sociolinguística.

A abordagem sociolinguística

Rejeita

Postula

<ul style="list-style-type: none"> • a primazia dos estudos imanentes da língua, i.e., a língua desvinculada de fatores externos. 	<ul style="list-style-type: none"> • que o estudo da estrutura e da evolução da linguagem deve ser feito dentro do contexto social da comunidade de fala, e que existe uma correlação sistemática entre variação linguística e estratificação social.
<ul style="list-style-type: none"> • a relação estabelecida por Saussure entre estrutura e sincronia de um lado e história evolutiva e diacronia de outro. 	<ul style="list-style-type: none"> • a aproximação da sincronia e da diacronia igualmente às noções de estrutura e funcionamento da língua.
<ul style="list-style-type: none"> • a noção de comunidade de fala homogênea e a existência de um falante-ouvinte ideal. 	<ul style="list-style-type: none"> • a existência de comunidades de fala heterogêneas e de falantes-ouvintes reais que nunca se expressam da mesma maneira em diferentes situações comunicativas.
<ul style="list-style-type: none"> • a noção de língua como um sistema homogêneo. 	<ul style="list-style-type: none"> • que o sistema linguístico é heterogêneo e a variação é uma propriedade regular e inerente ao sistema.
<ul style="list-style-type: none"> • a noção de que as regras linguísticas sejam categóricas (o que é conhecido como “axioma da categoricidade”). 	<ul style="list-style-type: none"> • que o sistema linguístico é constituído por regras categóricas e também por regras variáveis, e o falante tem competência linguística para lidar com regras variáveis.
<ul style="list-style-type: none"> • o fazer científico que produz teorias e dados ao mesmo tempo. 	<ul style="list-style-type: none"> • que é preciso analisar os dados de fala do dia a dia e relacioná-los às teorias gramaticais, ajustando a teoria de modo que ela dê conta do objeto.
<ul style="list-style-type: none"> • a atribuição de juízos avaliativos do tipo “certo” e “errado” acerca de qualquer fenômeno linguístico. 	<ul style="list-style-type: none"> • que todas as variedades são igualmente bem estruturadas, sendo mais ou menos “adequadas” a determinadas situações comunicativas. As avaliações das formas linguísticas – como sendo de prestígio ou estigmatizadas – são de natureza social e não linguística, sendo carregadas de preconceito linguístico.
<ul style="list-style-type: none"> • a noção de norma padrão imposta pelas gramáticas normativas – de caráter prescritivo. 	<ul style="list-style-type: none"> • a noção de norma(s) derivada(s) do uso efetivo da língua – de caráter descritivo.

Fonte: Coelho et al (2010, p. 153).

Com base nesse quadro comparativo, é perceptível a necessidade de o ensino de Língua Portuguesa na escola fazer referência aos preceitos sociolinguísticos, uma vez que os falantes da língua são provenientes de diversos contextos sociais. A partir do momento em que se considera o usuário da língua, faz-se necessário um ensino que não seja apenas pautado na memorização de regras (norma-padrão) ou na análise da variação mais prestigiada socialmente (norma/variedade culta).

Partindo do princípio de que as instituições escolares, em sua maioria, recebem estudantes de diversas esferas sociais, não se pode focar o ensino da língua somente na norma-padrão ou na variedade culta, dominadas por classes mais abastadas e por pessoas detentoras de poder dentro da sociedade. Nesse sentido, é papel da escola tratar não somente da norma-padrão e da variedade culta, mas também de variedades provenientes de meios sociais em que os estudantes se encontram inseridos, valorizando o conhecimento que esses discentes trazem consigo sobre a língua (FARACO, 2008).

A falta de conhecimento e reflexão sobre as variedades existentes no português brasileiro gera o preconceito linguístico e, conseqüentemente, a opressão contra grupos sociais menos privilegiados. A existência do preconceito linguístico mostra o quão é importante que o ensino de Língua Portuguesa esteja associado aos preceitos da Sociolinguística, de forma a desconstruir esse “ideal” de língua, que não existe, substituindo-o pela realidade linguística brasileira, inserindo todos os falantes nessa realidade, empoderando-os de uma capacidade discursiva adequada para cada contexto (BAGNO, 2007).

Em face disso, para que aconteça uma educação e/ou reeducação sociolinguística, é preciso, antes, que o professor se empodere do conceito de letramento que, na concepção de Bortoni-Ricardo (2004, p. 24), trata-se de

[...] um acervo cultural preservado por meio da escrita. Podemos usar o termo letramentos, no plural, ou nos referir a *culturas de letramento* para manter a ideia de que não existe só uma cultura de letramento. Nas comunidades sociais convivem culturas de letramento associadas a diferentes atividades: sociais, científicas, religiosas, profissionais etc. Também existem manifestações culturais letradas associadas à cultura popular, como a literatura de cordel, por exemplo.

Dessa forma, o docente estará apto a tornar seu aluno hábil para o completo uso da língua. A respeito disso e com relação ao ensino de outras variedades, que não a padrão, Camacho (2001, p. 72) assevera que,

As formas alternativas podem conviver harmoniosamente na sala de aula. Cabe ao professor o bom senso de discriminá-las adequadamente, fornecendo ao aluno as chaves para perceber as diferenças de valor social entre elas e, depois, saber tirar vantagem dessa habilidade, selecionando a mais adequada conforme as exigências das circunstâncias do intercurso verbal.

Nessa tarefa de assumir uma pedagogia da variação linguística, o letramento, então, é fator fundamental, pois um aluno letrado é muito mais que um aluno somente alfabetizado. O letramento consiste em tornar o discente capaz de usar a língua em seus mais variados

contextos, levando-o à reflexão sobre os usos e as regras existentes nessa língua. De acordo com Ciríaco (2016), o letramento deve ser feito com base em eventos referentes à organização da sociedade. Magda Soares (2014), no *Glossário Ceale*, explica que o letramento é:

[...] o desenvolvimento das habilidades que possibilitam ler e escrever de forma adequada e eficiente, nas diversas situações pessoais, sociais e escolares em que precisamos ou queremos ler ou escrever diferentes gêneros e tipos de textos, em diferentes suportes, para diferentes objetivos, em interação com diferentes interlocutores, para diferentes funções.

Nesse sentido, compreende-se que o aprendiz, além de saber ler e escrever, deve interpretar as situações, ou seja, saber ler e compreender o mundo em que está inserido. Portanto, para que uma efetiva pedagogia da variação linguística aconteça, é preciso que escola e professores estejam atentos quanto à importância de levar o estudante a reconhecer novos tipos de letramento. Conforme Cyranka (2016, p. 169),

[...] a Sociolinguística Educacional [...] propõe que se leve para as salas de aula a discussão sobre a variação linguística, orientando os alunos a reconhecerem as diferenças dialetais e, mais importante, a compreenderem que essas diferenças são normais, legítimas e que devem ser consideradas na seleção das estruturas a serem utilizadas, a depender das condições de produção, isto é, das necessidades do leitor/escritor, falante/interlocutor, a partir do contexto em que se encontra.

Cabe aos professores mostrar aos educandos as variedades linguísticas e o valor de cada uma delas, a depender dos seus contextos de uso. Essa atitude quebra o preconceito e a discriminação de variedades menos prestigiadas, promovendo uma real investigação, dentro do ambiente escolar, sobre a língua falada pelos estudantes. É importante que o docente conheça os alunos e a quais comunidades de fala eles pertencem, considerando suas experiências de vida e sua cultura (CYRANKA, 2016). Porém, o que se verifica, em grande parte, é que o professor não sai preparado das universidades para desenvolver um trabalho de pesquisa social dentro de sua sala de aula e uma aplicação adequada de conceitos provenientes da Sociolinguística Variacionista aos seus aprendizes.

Isso é comprovado pelo que versa Bagno (2013), em seu livro *Sete erros aos quatro ventos*, no qual faz uma investigação sobre o que é feito com a variação linguística em livros didáticos brasileiros. No livro, Bagno (2013) destaca que os cursos de Letras recebem, atualmente, alunos de contextos sociais menos prestigiados com um “histórico de letramento muito restrito”, fazendo com que grande parte desse futuro professorado saia diplomado, porém, sem o conhecimento necessário para um trabalho legitimamente social com a língua em

sala de aula, visto que seu tempo dentro da universidade é curto e acontece de forma confusa. Em suma, esse futuro professor sai de sua realidade, de um mundo completamente diferente do universitário, e adentra em outro repleto de conceitos que são muito distantes da sua vivência, sem um preparo inicial, um preparo anterior ao curso de Letras, dificultando, ou nem mesmo chegando, a compreensão do que necessitaria para um ensino sociolinguístico. Ensinar língua materna na atualidade significa não somente alfabetizar a população como também mostrar a ela seus valores culturais, sua herança histórica, preparando os indivíduos para exercerem uma comunicação eficaz, procurando reduzir a imensa lacuna que há entre a língua viva e o que é ensinado na escola. (BAGNO, 2002).

Bagno (2007, p. 85) chama a atenção para o fato de que “a reeducação sociolinguística dos alunos e das alunas passa, inevitavelmente, pela *reeducação sociolinguística do próprio professor, da própria professora*”. Portanto, faz parte do processo da educação e/ou reeducação sociolinguística a consciência e o conhecimento que o educador tem com relação à variação. Ademais, é preciso que ele tenha a atenção ao material didático que lhe é oferecido, com o fim de identificar o tratamento da variação linguística nos livros utilizados e adequá-los às realidades sociais e linguísticas presentes em sua sala de aula, sempre que necessário. Ainda sobre o ensino da variação, Martins e Guimarães (2016, p. 76) trazem que

[...] é necessário formar alunos para serem usuários competentes da língua nas duas modalidades de uso: fala e escrita. Eles precisam apresentar desenvoltura para saber empregar (produzir e compreender), adequadamente, as diversas formas de que a língua dispõe, de acordo com a intenção comunicativa na interação linguística. Para tanto, não somente a norma-padrão como também as diferentes formas decorrentes da variação da língua precisam ser consideradas e trabalhadas em sala de aula. A língua deve ser analisada em seu funcionamento real, com formas e variedades prestigiadas e formas e variedades estigmatizadas.

Dessa forma, colocar o estudante para refletir sobre a forma vernácula ou menos monitorada da língua, promovendo atividades de análise de gêneros orais e escritos, colocando-os no papel de investigadores reflexivos de sua própria língua, é de suma importância para o desenvolvimento de um sujeito crítico e consciente. Por meio da educação sociolinguística, os educandos passam a reconhecer a validade das variedades, entrando em contato tanto com as variedades populares quanto com as variedades formais, passando a discernir as situações de uso de cada uma delas, o que tenderia a dissipar o preconceito linguístico pelo entendimento de que todas as variedades possuem sua legitimidade.

A próxima seção detalha a importância do vernáculo no ensino de Língua Portuguesa. Assim, levanta os motivos da presença do vernáculo no ensino e a relação desta fala menos monitorada com as questões sociais nas quais o falante está envolvido.

3. O VERNÁCULO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Nesta seção, busca-se conceituar e refletir sobre o vernáculo e sua importância dentro do ensino de língua e na vida dos aprendizes. De acordo com Trask (2006, p. 304) em seu Dicionário de Linguagem e Linguística, vernáculo é:

A fala corrente, do dia-a-dia, numa determinada comunidade. O termo *vernáculo* é mais geralmente usado em contraste com *língua padrão*. O que se costuma denominar vernáculo é a fala que usam correntemente as pessoas de uma determinada comunidade, [...] quando essa fala é percebida como diferente da forma padrão da língua.

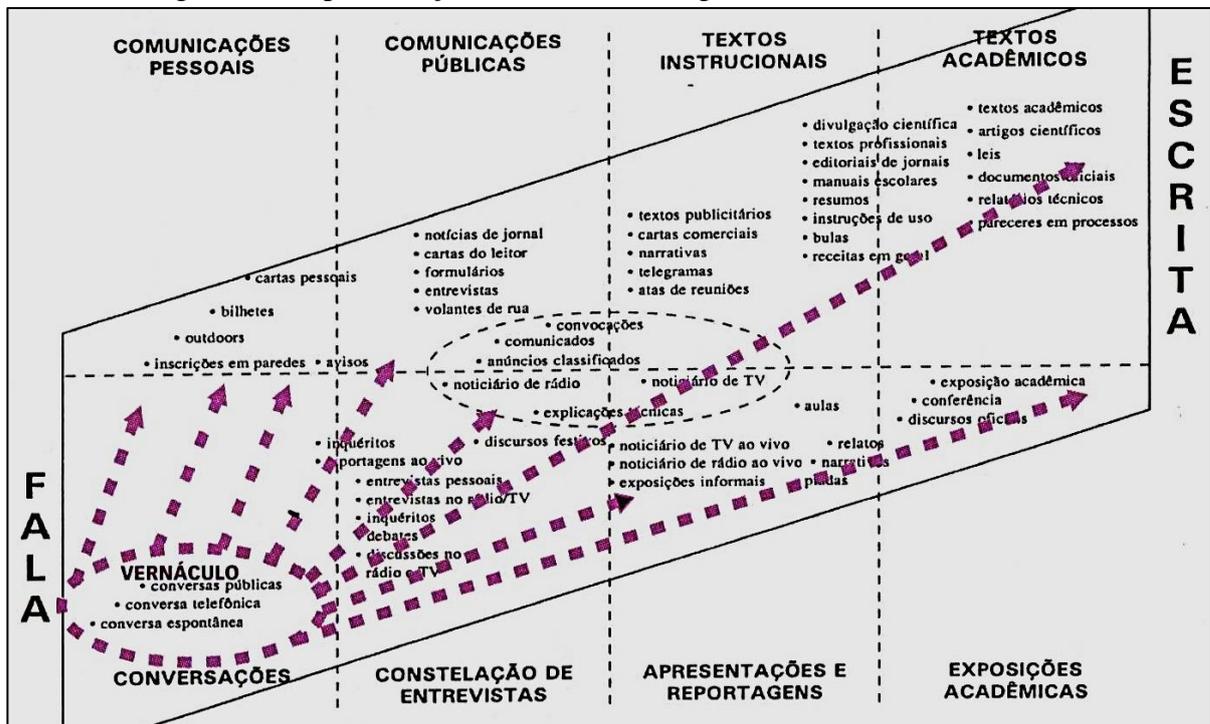
Sendo assim, o vernáculo é a fala mais espontânea, a menos monitorada possível, realizada em situações de descontração – momento no qual o falante foca mais na informação que quer transmitir por meio de sua fala do que como transmitir tal informação (CEZARIO; VOTRE, 2012); o importante, nesse caso, é que o falante se faça compreender. Bagno (2007) aponta o vernáculo como sendo um estilo próprio de uma comunidade, estilo este que é utilizado em situações informais e/ou emotivas.

Em oposição ao vernáculo, há a forma mais monitorada da língua, que está ligada à norma-padrão e à variedade culta. O vernáculo, em grande parte, está mais relacionado a contextos de fala, enquanto a forma mais monitorada está mais relacionada à escrita. Porém, essa oposição entre as variedades não surge dicotomicamente, mas sim por meio de uma gradação variacionista que Bortoni-Ricardo chama de *contínuo*. A respeito do conceito de *contínuo*, Martins e Guimarães (2016, p. 66-67) dizem tratar-se de

[...] uma gradação no estilo de linguagem na fala e na escrita. Desse modo, deve-se pensar em um contínuo entre formal e informal, que começa no mais formal, passa por “graus” ou “níveis” de formalidade e informalidade intermediários e chega ao mais informal. Os diversos gêneros textuais orais e escritos se situam nesse contínuo. [...] o ensino de língua precisa abordar as diferentes variedades linguísticas, não somente a norma-padrão ou as variedades de prestígio, mas também as *variedades ou formas estigmatizadas*.

A figura a seguir, que consta em Marcuschi (2001) e é apresentada por Bagno (2007, p. 184), é de uma representação do contínuo dos gêneros na fala e na escrita, ilustrando a gradação citada acima:

Figura 1 – Representação do contínuo dos gêneros textuais na fala e na escrita.



Fonte: Bagno (2007, p. 184).

Observando a figura, verifica-se que os gêneros mais abordados na escola são os de estilo mais monitorado, ou seja, gêneros nos quais, conforme Bortoni-Ricardo (2004, p. 62), “[...] as interações [...] são previamente planejadas e que exigem muita atenção do falante”. Porém, é preciso que variedades tidas como menos prestigiadas – nas quais o vernáculo é mais comum – entrem no conteúdo didático, a fim de mostrar ao aluno as situações mais adequadas para o uso de uma ou outra variedade, dos diversos estilos da língua, do mais ou menos formal. Para Bagno (2002, p. 213) “A escolha de um registro, formal ou informal, [...], depende em última instância do falante, dos objetivos que ele persegue e da situação de comunicação ou das atividades de linguagem que ele suscita ou que o solicitam”. Dessa forma, faz-se necessário apresentar ao discente as opções comunicativas que ele possui, mostrando-lhe também como adequá-las a cada contexto.

Destacar o vernáculo em sala de aula e fazer com que ele seja parte dos materiais didáticos é de suma importância quando se deseja tratar da variação linguística na escola. É importante que o vernáculo e todas as variedades menos prestigiadas sejam exploradas, lado a lado, com as variedades de prestígio. Textos mais monitorados e textos menos monitorados devem ser levados para as salas de aula e estudados, para que o aprendiz alcance o

(re)conhecimento de formas de fala e escrita com as quais lida diariamente, percebendo que o conhecimento linguístico que ele traz de casa é válido e faz sentido.

Colocar na escola um estudo de todas as variedades linguísticas (desde o vernáculo até a culta) por meio do livro didático, não significa descrever, constantemente, – como é feito atualmente – os fenômenos do uso da língua ou criar uma nova gramática, mas sim refletir sobre essa língua, para que se possa emancipar o aluno linguisticamente, uma vez que a língua é ferramenta para a formação identitária do sujeito. A emancipação do sujeito ocorre quando ele, ao estudar, conhecer e compreender todas as variedades da sua língua, passa a ter poder de decisão, de interação e de defesa das suas identidades dentro das situações formais de uso da língua. Para Faraco (2020, online), isso fica claro ao explicar que

A adequação da linguagem ao contexto de fala ou de escrita é indispensável e é sinal de maturidade sociolinguística dos falantes. Cada um de nós tem que transitar com familiaridade, segurança e fluência pelo vasto mundo da variação linguística, desde as conversas da casa até as manifestações orais e escritas, no amplo espaço social. Para isso, repito, é preciso um ensino de português capaz de mostrar aos alunos a cara linguística do nosso país, expor as razões para tanta diferença, mostrar que cada variedade no fundo é um patrimônio da sociedade e da cultura, conquistar o coração dos alunos para a beleza intrínseca da variação, combater os estigmas e a violência simbólica que usa a língua como pretexto de exclusão social dos falantes e, claro, o ensino de português capaz de garantir a cada aluno o domínio das formas mais monitoradas da língua, próprias do mundo urbano, da cultura escrita.

É imprescindível que o estudante conheça todas as variedades e as entenda, englobando a validade e legitimidade de cada uma dessas variedades não só como ferramenta de emancipação, mas para que esteja livre para tomar a decisão ou não de se “adequar” a contextos mais formais de fala ou questionar essa necessidade de adequação. Dessa maneira, questionar a necessidade de adequação ao contexto do outro e não realizar a comunicação a partir de um contexto próprio.

Portanto, todas as variedades da língua devem ser objetos de investigação e reflexão e a abordagem do vernáculo torna-se essencial, uma vez que ele faz parte da diversidade da língua, estando presente em situações mais informais, mas que refletem a língua em uso. É interessante que a escola e os livros didáticos tratem do vernáculo na área de Língua Portuguesa, pois, segundo Bagno (2002, p. 75) é tarefa da escola “[...] discutir os valores sociais atribuídos a cada variante linguística [...] de modo a conscientizar o aluno de que sua produção linguística, oral ou escrita, estará sempre sujeita a uma avaliação social, positiva ou negativa”. Dessa maneira,

a seguir, é apresentado um breve histórico sobre como surgiu o livro didático no cenário educativo do Brasil e porquê ele passou a ser uma constante ferramenta para o professor dentro da sala de aula.

4. VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Antes de mais nada, faz-se necessária uma análise sobre as relações existentes entre o livro didático, a Sociolinguística e o ensino. Nesse sentido, retomam-se importantes pontos, como o preconceito linguístico, a pedagogia da variação linguística e o trabalho com o vernáculo da língua.

4.1 A legitimação do livro didático no ensino

Segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em 1929 foi criado o Instituto Nacional do Livro (INL), que surgiu para legitimar o livro didático (LD), bem como aumentar sua produção no país. Em 1938, o uso do LD no Brasil foi regulamentado pelo Decreto-Lei 1006/38, que instituiu a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), responsável pela legislação, produção e circulação dos livros didáticos brasileiros. A partir de 1945, “o livro era considerado um instrumento da educação política e ideológica, [...]. Os professores escolhiam os livros a partir de uma lista predeterminada [...]” (VERCEZE; SILVINO, 2007, p. 86).

Durante o período da Ditadura Militar no Brasil, mais especificamente na década de 1960, segundo Freitag et al. (1987, p. 7), “são assinados vários acordos MEC/USAID¹ (entre o governo brasileiro e o americano), criando-se, juntamente com um desses acordos, a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED)”. Esse acordo visava distribuir, de forma gratuita, cerca de 51 milhões de livros didáticos a alunos brasileiros por três anos e foi bastante criticado devido à sua relação com um órgão americano, sendo extinto em 1971 e substituído pelo INL e, em 1976, pela Fundação Nacional de Material Escolar – FENAME (FREITAG et al., 1987).

De acordo com o PNDE, a FENAME foi substituída pela Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), que, a partir de 1983, tornou-se responsável pelo Programa do Livro Didático. Na mesma década, após problemas relacionados à distribuição dos materiais didáticos, os professores passaram a ter um maior envolvimento na escolha dos livros e na ampliação do

¹ Ministério da Educação (MEC) /United States Agency for International Development (USAID).

Programa. Ainda segundo Freitag et al. (1987), nessa mesma época, os livros didáticos passaram a ser distribuídos aos estudantes carentes por meio de políticas governamentais como no caso das distribuições de leite e merenda escolar, feitas por meio de programas sociais.

Em 1985, segundo o site do FNDE, é instituído, com o Decreto n. 91.542, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que tinha por objetivo distribuir os livros aos estudantes de escolas públicas de 1º grau. As finalidades do programa, segundo o decreto, eram “[...] a universalização e melhoria do ensino [...], a valorização do magistério, inclusive mediante a efetiva participação do professor na indicação do livro didático e [...] reduzir os gastos da família com educação” (Decreto n. 91.542/85, caput).

Visando atender à demanda por mão de obra capaz de operar as máquinas no processo de industrialização pelo qual passava o país no período ditatorial, o governo federal ampliou a oferta de vagas nas escolas públicas e as classes mais populares passaram a ser admitidas em maior número. Conforme Clare (2003, p. 12-13), nesse período,

A proposta educacional [...] passa a ser condizente com a expectativa de se atribuir à escola o papel de fornecer recursos humanos que permitam ao Governo realizar a pretendida expansão industrial. [...] a clientela da escola pública começa a modificar-se [...]. Aos poucos, o aspecto elitista da escola desaparece e sua clientela passa a ser constituída de camadas populares. [...]. Em consequência, o professor passa a ter uma nova preocupação em sala de aula: a heterogeneidade dialetal de seus alunos.

Ainda de acordo com a autora, a língua vinha se destacando mais como objeto de comunicação desde a década de 1970, em razão da sanção da Nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB 5692/71), que estabeleceu “a língua nacional como instrumento de comunicação e expressão da cultura brasileira” (CLARE, 2003, p. 14). A autora destaca também que as gramáticas foram aos poucos sendo substituídas por uma quantidade cada vez maior de livros didáticos ricos em imagens. Porém, cabe lembrar, como o dito anteriormente, que a popularização dos LD e da escola surgiu como forma de atender uma demanda de mão de obra industrial no país e não como um processo de valorização da língua e das variedades em si.

A partir de seu surgimento, o PNLD tinha como propósito inicial selecionar, juntamente com professores do ensino fundamental I e II (anteriormente chamado de 1º grau), os livros didáticos que seriam distribuídos às escolas públicas, para estudantes também do fundamental. Porém, o PNLD tomou força somente em 1996, quando se inicia o processo de uma prévia avaliação pedagógica dos LD inscritos no Programa. Em 2003, segundo informações do site do

FNDE, é implantado o Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM), que contempla obras produzidas em um volume único, abrangendo as três séries.

Desde 1985, os LD são inscritos pelas editoras no PNLD, e, a partir de 2003 no PNLEM, e estes, por sua vez, avaliam os livros, criando posteriormente uma lista – o Guia do Livro Didático – que será consultada pelos professores e pelas escolas com o propósito de escolherem a coleção que mais se adequa àquela instituição. O PNLD e o PNLEM disponibilizam aos educadores resenhas e comentários acerca dos livros avaliados e aprovados, dando-lhes as principais informações teóricas e metodológicas, ajudando nas escolhas a serem feitas pelos docentes. Quanto ao processo de avaliação dos LD de Língua Portuguesa, no que se refere à questão da variação linguística, González (2005) afirma:

Um entre os elementos que devem ser avaliados nos livros didáticos pelos consultores do MEC é o tratamento da variação linguística: ela deve estar no horizonte dos autores de livros didáticos, que devem, entre outras coisas, (a) não veicular preconceitos contra quaisquer variedades linguísticas; (b) apresentar textos representativos de diferentes variedades sociais, regionais e estilísticas; (c) considerar as diferentes variedades linguísticas no âmbito da leitura, da produção textual e da oralidade; (d) estimular a reflexão sobre as formas linguísticas, relacionando-as com o uso e com os sentidos que elas mobilizam etc. (GONZÁLEZ, 2015, p. 229)

Portanto, é importante compreender que o tratamento da variação linguística nos livros didáticos é um processo delicado e que exige atenção. Entretanto, não é somente o processo de transposição da variação para o livro que requer cuidados.

O livro didático de Língua Portuguesa (LDLP) é uma das ferramentas mais utilizadas pelo docente para o trabalho pedagógico em sala de aula. Ele é visto, segundo González (2015, p. 225), como “[...] instrumento estruturador do ensino, intermediando as relações entre alunos, professores e conhecimento [...]”, visto que há, muitas vezes, uma carência de recursos oferecidos pelas escolas. No entanto, é importante ressaltar que o livro não é o único material que o educador deve usar. É preciso que o professor esteja atento no sentido de levar para a sala de aula não somente o que trazem os LD, mas também um material complementar quando necessário (VERCEZE; SILVINO, 2007).

Na próxima seção, discute-se sobre a relevância do tratamento da variação linguística no LDLP, com foco especial no vernáculo da língua. Tal discussão surge como um retrospecto sobre a variação linguística e como ela segue galgando espaço nos manuais.

4.2 A variação linguística no LD de Língua Portuguesa

Na área de linguística, há muito se discute sobre o fenômeno da variação linguística – o linguista francês Meillet (1866-1936), e os russos Marr (1865-1934) e Bakhtin (1895-1975) já postulavam uma concepção social da língua, mesmo antes de Labov (COELHO et al., 2010). Porém, no contexto escolar, esse é um assunto ainda de difícil trato, principalmente nos livros didáticos. Faraco (2008, p. 176) reconhece que “estamos muito atrasados na construção de uma pedagogia da variação linguística. Parece que não sabemos, de fato, o que fazer com a variação linguística na escola. E o que temos feito é seguramente bastante inadequado”. O autor ainda versa sobre os fenômenos de variação ficarem marginalizados no LD, sendo abordados constantemente como “erros” ou simplesmente sendo reduzidos a variedades geográficas, tratadas com tom humorístico, não sendo reconhecidas como expressões linguísticas representativas e provenientes de processos históricos regionais.

A inclusão do tratamento da variação linguística nos LD vem sendo uma exigência de diversos documentos oficiais e diretrizes educacionais, como a Lei de Diretrizes e Bases (1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), o Currículo Básico Comum (2008), e a Base Nacional Comum Curricular (2016). Porém, é claro que essa inclusão, muitas vezes, não ocorre e, quando ocorre, geralmente aparece de maneira insuficiente ou com um tratamento reduzido à variedade rural, trazida diversas vezes de forma anedótica e carregada de preconceitos.

Bagno (2007, p. 120) confirma isso dizendo que “um dos principais problemas que encontramos nos livros didáticos é uma tendência a tratar a variação linguística em geral como sinônimo de variedades regionais, rurais ou de pessoas não escolarizadas”. O autor prossegue ainda utilizando como exemplo as tirinhas do personagem Chico Bento, as letras musicais de Adoniram Barbosa e a poesia de Patativa do Assaré, afirmando que tais amostras não representam a totalidade das variedades da língua. Outro problema que permeia o tratamento da variação nos LDLP é a confusão de conceitos sobre o que são norma-padrão e “norma” culta – ambas discutidas anteriormente – que gera o pensamento de que o português se divide em apenas dois segmentos, ignorando-se as variedades estigmatizadas. Para Bagno,

Nessas obras, impera a ideia de que “o português são dois” quando, na realidade, **o português são três**: uma norma-padrão, que não é a língua de ninguém; um conjunto de variedades estigmatizadas e um conjunto de variedades prestigiadas, cada um deles caracterizando grupos sociais específicos. (BAGNO, 2007, p. 131)

O autor ainda se refere a diversos outros problemas presentes no LD, como é o caso da superficialidade com que se trata da variação, a não observação da enorme pluralidade linguística do país, o fenômeno da mudança linguística, dentre outros. Para além desses fatores, é possível observar a pouca, ou nenhuma, atenção dada ao vernáculo nos Livros Didáticos de Língua Portuguesa (BAGNO, 2007).

O vernáculo é a modalidade mais usada na língua em situações menos monitoradas, sendo uma forma de comunicação oral de extrema importância, uma vez que está presente em todas as camadas sociais, praticada, inclusive, por falantes de variedades mais prestigiadas. Bagno (2007, p. 184) ressalta o valor do vernáculo, enquanto fenômeno de variação linguística, dizendo que “as inovações linguísticas surgem primeiramente nos gêneros falados mais espontâneos (no vernáculo [...])”. Portanto, o tratamento do vernáculo no LD leva o estudante a compreender o motivo do uso de diferentes modalidades da língua em determinados contextos e ajuda-o na leitura e interpretação do mundo. Nas palavras de Faraco (2020, online),

Adquirir o conhecimento da variedade que a pessoa usa, nos leva a compreender a história e organização da nossa sociedade, nos permite desenvolver uma atitude crítica frente aos estigmas, buscando superá-los, e nos ensina a respeitar linguisticamente o outro, levando-nos a respeitá-los em todas as outras esferas da vida.

Mesmo quando o LD atende às diretrizes e leis educacionais, nem sempre apresenta os fenômenos de variação de forma adequada ou suficiente, deixando de orientar de maneira correta o trabalho do professor com a variação. De acordo com Cyranka, (2016, p. 45), “[...] a proposta dos livros didáticos [...] a despeito das orientações dos PCNs e do PNLCD, centram ainda suas atividades, principalmente, na descrição gramatical da língua-padrão, esse construto artificial, já muito distante da realidade do português contemporâneo”. Nesse sentido, parece ser válido o professor estar atento ao que é trazido pelos livros, de forma a adaptar o conteúdo, aproveitando o que é pertinente no tratamento da variação, complementando da forma correta e expondo aos discentes o conceito e importância do vernáculo na língua portuguesa.

Isto posto, compreende-se que os manuais didáticos apresentam ou não a variação linguística conforme exigências e/ou sugestões. Então, a seguir, são verificadas as recomendações trazidas pelos documentos oficiais mais recentes quanto ao ensino de Língua Portuguesa associado à variação linguística, com foco no vernáculo da língua.

5. O VERNÁCULO NA BNCC E NO PNL D

O ensino no Brasil vem sendo norteado por documentos e leis diversas que servem como ferramentas de gerenciamento para o ambiente escolar, regulamentando os conteúdos, orientando práticas de ensino e guiando professores e gestores na busca de um ensino/aprendizado de qualidade. Nesses documentos orientadores, o tratamento da variação linguística em sala de aula tornou-se uma sugestão e/ou exigência. Portanto, para atender aos interesses desta pesquisa sobre a abordagem ou não do vernáculo no Livro Didático de Língua Portuguesa, alguns desses documentos – os mais importantes, neste caso – são verificados, a saber: a Base Nacional Comum Curricular (2018)² e o Guia do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (2021)³.

Antes da BNCC, as instituições de ensino pautavam o desenvolvimento de suas ações de ensino/aprendizagem e suas diretrizes curriculares por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998)⁴. Os PCN de Língua Portuguesa preconizam a importância de se levarem os estudos sociolinguísticos para a sala de aula, buscando proporcionar aos alunos uma reflexão acerca do funcionamento da língua em variação. Nos PCN, preza-se o ensino da língua como forma de o estudante desenvolver sua competência comunicativa, transformando essa competência em domínio sobre o uso da língua na modalidade escrita e também na oral. Conforme Martins e Guimarães (2016, p. 65), “o papel da fala no ensino da língua ganhou um destaque maior após a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais [...]. Os PCN estabelecem o eixo da oralidade para o ensino de Língua Portuguesa”.

Porém, apesar da referência quanto ao trabalho com a variação linguística na escola e com o eixo da oralidade, os PCN referem-se à oralidade com foco no uso mais formal da língua, como pode ser exemplificado no seguinte trecho:

[...] cabe à escola ensinar o aluno a utilizar a linguagem oral no planejamento e realização de apresentações públicas: realização de entrevistas, debates, seminários, apresentações teatrais etc. Trata-se de propor situações didáticas nas quais essas atividades façam sentido de fato, pois é descabido treinar um nível mais formal da fala, tomado como mais apropriado de todas as situações. (BRASIL, 1998, p. 25)

² Doravante BNCC.

³ Doravante PNL D.

⁴ Doravante PCN.

O trabalho com o uso mais espontâneo da língua, o vernáculo, não tem destaque nos PCN. O sugerido é que o estudante seja preparado para falar em público em situações de fala mais monitoradas:

Ensinar língua oral deve significar para a escola possibilitar acesso a usos de linguagem mais formalizados e convencionais, que exijam controle mais consciente e voluntário da enunciação, tendo em vista a importância que o domínio da palavra pública tem no exercício da cidadania. Ensinar língua oral não significa trabalhar a capacidade de falar em geral. Significa desenvolver o domínio dos gêneros que apoiam a aprendizagem escolar de Língua Portuguesa e de outras áreas (exposição, relatório de experiência, entrevista, debate etc.) e, também, os gêneros da vida pública no sentido mais amplo do termo (debate, teatro, palestra, entrevista etc.). (BRASIL, 1998, p. 67-68).

Assim, é possível constatar que em nenhum momento os Parâmetros sugerem o eixo da oralidade como o oportunidade para trabalhar o vernáculo enquanto uma variedade linguística e, conseqüentemente, não se pode levar o estudante ao conhecimento de que tipo de variedade da língua usar e em que contexto, se não lhe é exposto um grande número de variedades linguísticas como no caso do vernáculo.

Dessa forma, quando se suprime a fala mais informal, menos monitorada, do ensino de língua, veda-se a capacidade de o aprendente desenvolver seu senso crítico e reflexivo, tanto da língua, quanto das situações sociais. Bagno (2007) nos leva a essa reflexão de que é preciso existir uma educação linguística – que deve se dar de forma plena – para que os alunos se tornem capazes de refletir sobre sua língua, ampliando sua visão social e discursiva.

Se, anteriormente, era possível contar com as orientações contidas nos PCN, já hoje, tem-se como o principal documento orientador a Base Nacional Comum Curricular, que faz a indicação de temáticas a serem trabalhadas dentro dos livros didáticos, como no caso da variação linguística.

As discussões sobre o documento preliminar da BNCC iniciaram-se ao final de 2015, com o intuito de normatizar o que deveria ser ensinado em sala de aula. Desde então, três versões da BNCC foram elaboradas, sendo a última a que está em vigor desde 2018. A Base foi criada por diversos especialistas, de várias áreas do conhecimento, e define um conjunto de aprendizagens fundamentais (as competências) que os estudantes devem desenvolver ao longo de sua vida escolar. Atualmente, esse é o principal e mais importante documento a ser consultado e seu uso é obrigatório no embasamento das práticas pedagógicas como pode ser verificado:

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). (BRASIL, 2018, p. 7)

De forma geral, a BNCC preocupa-se com um aprendizado que se dê juntamente com o que o estudante já sabe, com o que aprendeu ao longo de sua vida até aquele momento e preocupa-se também com o que ele sabe fazer com as informações trazidas desse meio social no qual vive. Portanto, faz-se necessário que a escola discuta a pluralidade discursiva do estudante, uma vez que este a trará de seu ambiente familiar.

Apesar disso, e mesmo sendo um documento base para a estruturação do ensino básico no país, a BNCC apenas orienta as instituições quanto à elaboração de seus currículos, que devem apresentar uma unidade em sua proposta de ensino a nível nacional, porém, mantendo as especificidades de cada região. Em vista disso, surge a preocupação quanto ao ambiente escolar estar ou não respeitando a pluralidade e, portanto, o trabalho com a variação linguística em sala de aula, conforme o preconizado pela Base.

De maneira geral, a BNCC orienta que o trabalho feito em ambiente escolar respeite as diversidades regionais, culturais e políticas, considerando a importância de se levar para a sala de aula a pluralidade, buscando proporcionar a professores e alunos uma reflexão acerca do funcionamento da língua portuguesa e dos setores os quais ela circula. Isto é, a exigência de que se mantenha um ensino plural abrange as questões que envolvem a língua, abrindo espaço para os estudos sociolinguísticos em sala de aula, buscando sanar uma das maiores problemáticas relacionadas à heterogeneidade da língua: o preconceito linguístico.

Também na BNCC (BRASIL, 2018), preza-se pelo ensino da língua como forma de o estudante desenvolver sua competência comunicativa, transformando essa competência em domínio sobre o uso da língua nas modalidades oral e escrita, aprendendo a reconhecer, compreender e explorar linguagens diversas. Especificamente no Ensino Médio – segmento que é o foco deste trabalho – o ensino de língua pretende ampliar a autonomia que o discente deve ter sobre o uso da língua, buscando garantir a ele, também, um senso crítico quanto “aos diferentes usos das linguagens, explicitando seu poder no estabelecimento de relações; na apreciação e na participação em diversas manifestações artísticas e culturais; e no uso criativo das diversas mídias” (BRASIL, 2018, p. 471).

Dessa forma, ao indicar que o discente desenvolva plenamente seu domínio linguístico e, no caso deste trabalho, pensando principalmente em uma modalidade oral (o vernáculo), significa dizer que o estudo da variação linguística deve estar presente no processo de ensino-aprendizagem. O documento, em sua parte que versa sobre o Ensino Fundamental, ressalta que no tangente aos conhecimentos linguísticos:

Cabem também reflexões sobre os fenômenos da mudança linguística e da variação linguística, inerentes a qualquer sistema linguístico, e que podem ser observados em quaisquer níveis de análise. Em especial, as variedades linguísticas devem ser objeto de reflexão e o valor social atribuído às variedades de prestígio e às variedades estigmatizadas, que está relacionado a preconceitos sociais, deve ser tematizado. (BRASIL, 2018, p. 81).

Portanto, o ensino da variação linguística e o tratamento dela no livro didático são essenciais para a formação dos estudantes, pois, é por meio desse tratamento que o aluno desenvolverá a capacidade de adequar sua oralidade aos diversos contextos de uso da fala. Esse aprendizado sobre a variação deve ser iniciado já nos anos fundamentais, tendo prosseguimento no Ensino Médio, momento no qual os aprendentes devem desenvolver seu senso crítico e reflexivo de forma mais aguçada.

Na BNCC, a oralidade está contida dentro de um dos eixos de integração denominado de “práticas de linguagem”, que está presente no componente curricular Língua Portuguesa, dentro da área do conhecimento chamada Linguagens e suas Tecnologias – no caso do Ensino Médio. Dentro do componente curricular Língua Portuguesa, a BNCC (2018) versa que os estudantes chegam ao Ensino Médio dotados de uma carga de conhecimento a respeito de textos variados, aprendidos ao longo do Ensino Fundamental, e também estão aptos a participarem de práticas sociais discursivas diversas.

Sendo assim, o documento espera que, nesse segmento escolar, o estudante aprofunde “a análise sobre as linguagens e seus funcionamentos, intensificando a perspectiva analítica e crítica da leitura, escuta e produção de textos verbais e multissemióticos [...]” (BRASIL, 2018, p. 498). O que preocupa neste ponto é que a BNCC sugere o trabalho com a variação linguística e, conseqüentemente, com a oralidade, especificamente no segmento do Ensino Fundamental. Quando analisamos a Base em sua parte que versa sobre o Ensino Médio, a referência ao trabalho com a variação linguística passa a ser bastante limitada, restringindo-se somente a dois momentos (duas habilidades específicas), a saber: a habilidade (EM13LP09) e a (EM13LP10), ambas presentes na parte “todos os campos de atuação social”, com os dizeres:

(EM13LP09) Comparar o tratamento dado pela gramática tradicional e pelas gramáticas de uso contemporâneas em relação a diferentes tópicos gramaticais, de forma a perceber as diferenças de abordagem e o fenômeno da **variação linguística** e analisar motivações que levam ao predomínio do ensino da norma-padrão na escola. (EM13LP10) Analisar o fenômeno da **variação linguística**, em seus diferentes níveis (variações fonético-fonológica, lexical, sintática, semântica e estilístico-pragmática) e em suas diferentes dimensões (regional, histórica, social, situacional, ocupacional, etária etc.), de forma a ampliar a compreensão sobre a natureza viva e dinâmica da língua e sobre o fenômeno da constituição de variedades linguísticas de prestígio e estigmatizadas, e a fundamentar o respeito às variedades linguísticas e o combate a preconceitos linguísticos. (BRASIL, 2018, p. 507, 508, grifo nosso)

A preocupação se dá no sentido de haver apenas duas menções (duas habilidades) relacionadas ao trabalho com a variação linguística. Mesmo assim, por se tratar de um documento orientador, passível de complementação dentro do currículo escolar, espera-se que esse tratamento da variação seja ampliado e adequadamente distribuído ao longo dos três anos do Ensino Médio. Nesse ponto, a Base traz uma certa confirmação da preocupação com o aprendizado das demais variedades que não a culta ou da norma-padrão, como pode ser visto:

No Ensino Médio, aprofundam-se também a análise e a reflexão sobre a língua, no que diz respeito à contraposição entre uma perspectiva prescritiva única, que segue os moldes da abordagem tradicional da gramática, e a perspectiva de descrição de vários usos da língua. Ainda que continue em jogo a aprendizagem da norma-padrão, em função de situações e gêneros que a requeiram, outras variedades devem ter espaço e devem ser legitimadas. A perspectiva de abordagem do português brasileiro também deve estar presente, assim como a reflexão sobre as razões de sua ainda pouca presença nos materiais didáticos e nas escolas brasileiras. (BRASIL, 2018, p. 504)

Apesar de discursos diversos sobre levar a variação linguística para a sala de aula, nada é mencionado sobre o vernáculo em todo o documento, deixando as orientações a respeito da variação em um campo mais amplo. Ainda na investigação acerca do que dizem esses documentos orientadores a respeito do tratamento da variação linguística, o foco agora recai no edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de livros didáticos que constariam, posteriormente à escolha, no Guia de Livros Didáticos de Língua Portuguesa do Ensino Médio de 2021.

Ao realizar uma verificação sobre quais exigências o edital faz às coleções, no tangente à variação linguística, nada de específico é dito. As determinações são mantidas somente em níveis gerais, sempre se referindo à Base, como pode ser verificado no trecho:

A obra específica de língua portuguesa deve contemplar todas as habilidades e competências específicas desta língua dispostas na BNCC, sendo que determinadas habilidades e competências específicas serão replicadas ao longo dos volumes de linguagens e suas tecnologias. (BRASIL, 2019, p. 7)

O edital segue indicando o que as obras devem conter em seus livros de Língua Portuguesa, porém, sempre com direcionamentos gerais, sem foco algum na variação linguística em si: “Todas as habilidades específicas de Língua Portuguesa descritas na BNCC para o Ensino Médio devem ser incluídas na obra didática específica de Língua Portuguesa.” (BRASIL, 2019, p. 74). Outros termos relacionados ao tratamento da variação linguística como oralidade e vernáculo também não constam em nenhuma parte do edital.

Partindo agora para o Guia de Livros Didáticos (PNLD) 2021: Ensino Médio, de Língua Portuguesa, já publicado e com suas coleções aprovadas, cabe lembrar que “O PNLD, [...], traça e legitima caminhos teóricos e metodológicos relacionados ao tratamento dos eixos e objetos de ensino, constituindo-se, assim, um campo de atuação política para mudanças no ensino-aprendizagem de língua materna” (BUNZEN, 2009, p. 93). Dessa forma, as avaliações feitas pelo PNLD, aparentemente, buscam garantir que o ensino de língua não se restrinja à transmissão e memorização de itens gramaticais, mas que vá além, garantindo também que o estudante possa entrar em contato de forma mais profunda com sua língua, compreendendo seu pleno funcionamento e podendo associar sua vivência com a língua a conceitos diversos que ele verá em sala de aula.

No PNLD 2021: Ensino Médio, é possível encontrar resenhas que trazem as características dos livros didáticos subdivididas em quatro seções (*visão geral, descrição da obra, análise da obra e em sala de aula*). Cada uma dessas seções apresenta ao professor análises e descrições essenciais sobre o que é trazido em cada coleção. Portanto, é extremamente importante que o docente esteja atento no momento da escolha, para que possa garantir ao seu alunado livros que forneçam um trabalho com a língua voltado para as diversas situações cotidianas, situações de uso corrente, explicações e diferenciações entre as variações existentes etc.

O Guia de 2021 trabalhou, especificamente, com obras que julgou serem escritas buscando a melhor maneira de implementar a BNCC e o Novo Ensino Médio – que foi reformulado, passando a oferecer maior carga horária e nova estrutura, ofertando aos estudantes a flexibilização de seu currículo, podendo escolher parte do percurso formativo. Dessa vez, o

Guia apresenta obras inéditas que “trazem uma abordagem inovadora dos objetos de conhecimento, com propostas de ensino e aprendizagem que buscam incentivar a participação dos jovens no intuito de responder às suas demandas e aspirações presentes e futuras” (BRASIL, 2021, p. 19).

Além disso, o documento assevera o fato de que as mudanças ocorridas no Novo Ensino Médio dão mais ênfase às características dos estudantes e de sua vida cotidiana, o que deveria servir como oportunidade para levar o ensino da variação linguística a esses discentes, visto que no seu dia a dia a gama de variedades utilizadas é maior que a vista, normalmente, na escola. Apesar disso, verificou-se que o PNLD 2021 de Língua Portuguesa corrobora com a BNCC, vislumbrando o trato da variação de forma mais ampla no Ensino Médio, dando mais lugar ao trabalho com textos científicos e do universo mais formal.

Na parte do Guia que se refere aos *princípios e critérios* que a obra deve apresentar, o que se encontra relatado no tangente ao trabalho com a variação linguística vem apoiado no que está na BNCC: “Todas as habilidades específicas de Língua Portuguesa descritas na BNCC para o Ensino Médio devem ser incluídas na obra didática específica de Língua Portuguesa” (BRASIL, 2021, p. 22). Ou seja, fica evidente que a referência ao trabalho com a oralidade e/ou variação linguística é velado, uma vez que na BNCC do Ensino Médio há apenas duas habilidades que são especificamente voltadas para essas questões.

Apesar de várias mudanças terem sido implementadas nos documentos que regem a educação no Brasil nos últimos anos, verifica-se, infelizmente, que o PNLD 2021, assim como a última versão da BNCC tratam da variação no LD ainda de forma superficial e assumem “que o aluno desse nível já deve ter assimilado o conceito de variação linguística e em vez de tratá-lo como novidade, parte dele para lançar outras questões, como a da interação social preparatória para o mundo do trabalho” (LIMA, 2014, p. 119). Quanto à oralidade, o Guia do Livro Didático versa que, nas coleções aprovadas em 2021:

as atividades evocam práticas de linguagem que ocorrem em situação oral com ou sem contato face a face. Envolvem também a oralização de textos em situações socialmente significativas e interações e discussões envolvendo temáticas e outras dimensões linguísticas do trabalho nos diferentes campos de atuação social. Em geral, muitas dessas atividades estão relacionadas às práticas de leitura e produção textual. (BRASIL, 2021, p. 25)

Aqui, verifica-se que o trecho do texto do Guia é vago, não levando à conclusão de haver tratamento da variação linguística nos livros didáticos, mas sim um trabalho com gêneros

orais (como entrevistas, vlogs, podcasts etc.) ou com processos de oralização da escrita (como no caso de telejornais). Nesse sentido, após a análise dos documentos oficiais, fica claro que o vernáculo não é mencionado como um objeto de ensino e aprendizagem nas aulas de língua e mesmo o trabalho com a variação é sugerido de forma escassa e/ou generalizada. O trabalho com a oralidade vem sempre associado a textos mais formais, não sendo incluído o emprego do vernáculo por meio de transcrições de falas mais casuais como a “contação de causos”, a conversa espontânea ou um diálogo familiar, por exemplo.

É importante ressaltar a análise do vernáculo como forma de levar o estudante a ser um leitor pleno, podendo produzir, posteriormente, textos adequados a cada situação, bem como diferenciar a modalidade de fala adequada a cada contexto social. Estando o vernáculo a parte no tratamento da variação linguística no LD, o estudante é privado do total entendimento do funcionamento da língua, deixando de compreender o motivo de se aplicar na escola, ou em outras situações mais formais, as variedades usadas por ele em casa ou em qualquer outro ambiente onde sua fala não estiver sendo monitorada. Bagno (2007, p. 53) alerta para o fato de que

[...] uma das funções mais importantes do ensino é precisamente dotar os alunos e alunas de recursos que lhes permitam produzir textos (orais e escritos) mais monitorados [...]. Daí a importância de reconhecer as formas linguísticas já desaparecidas da fala espontânea, mas ainda exigidas socialmente na fala/escrita formal.

Por isso, é importante que o LD traga em seu conteúdo o vernáculo como forma de, além de tornar o aluno um conhecedor pleno de sua língua, fazê-lo consciente quanto ao uso das regras gramaticais, a origem delas e o motivo do uso. É a partir disso que o estudante se torna um usuário capaz e competente de sua língua. Para isso, é preciso que o vernáculo seja apresentado no LD por meio de gêneros textuais em que o estilo de fala menos monitorado esteja presente, como em charges, por exemplo. O trabalho com transcrições de fala também é importante para possibilitar a análise da língua falada. São variadas as formas de se apresentar o vernáculo dentro da obra, contribuindo, assim, com um aprendizado sobre ele e uma conscientização do discente a respeito da variedade que ele traz de seus círculos sociais mais íntimos.

Fez-se importante, até aqui, a retomada de conceitos sobre Sociolinguística, variação, ensino, livro didático, documentos oficiais, dentre outros. Após isso, na próxima seção será

apresenta de que forma acontecerá o processo de análise dos livros didáticos e o que se pretende com tal pesquisa, ou seja, a metodologia do trabalho.

6. METODOLOGIA

Nesta pesquisa, procura-se verificar a abordagem do vernáculo nos LDLP. Esse material didático foi escolhido por ser um dos recursos mais utilizados pelo professor dentro da sala de aula. Além disso, é necessário considerar que o LD é distribuído às escolas como um material que possa ser trabalhado no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes, sendo veiculado, periodicamente, pelo Estado.

O objetivo principal da pesquisa é investigar a existência de uma abordagem do vernáculo – variedade linguística que apresenta fala mais livre, espontânea e não monitorada – nos livros didáticos de Língua Portuguesa, indicados e distribuídos pelo MEC às escolas públicas para o nível do Ensino Médio. Ao analisar a presença do vernáculo, busca-se verificar se há algum trabalho com a variação linguística, de modo geral, dentro dos livros escolhidos, uma vez que o vernáculo, como variedade da língua, se relaciona ao fenômeno da variação.

A escolha de coleções do Ensino Médio justifica-se por ser um seguimento escolar ainda não investigado pela pesquisadora no que diz respeito ao que trazem os documentos oficiais sobre vernáculo e variação linguística. Da mesma maneira, em pesquisas anteriores, não foram analisados livros didáticos deste nível escolar, o que tornaram as coleções do EM objetos de interesse deste trabalho.

Durante o processo de investigação, em caso de confirmação de uma abordagem do vernáculo, será analisado de que forma esse vernáculo é tratado nas coleções. Da mesma forma, será observado se há algum trabalho com a variação linguística, de forma geral, dentro dos livros escolhidos.

Inicia-se a análise das informações, verificando se esse fenômeno específico da variação linguística (o vernáculo) é abordado nos livros didáticos. Observa-se se há menção ao vernáculo, o quanto é mencionado em cada livro (em caso positivo), e de que forma acontece essa abordagem. É importante salientar que a inexistência do vernáculo nos LD também será considerada como um dado de pesquisa, visto que essa ausência pode levar a uma reflexão sobre o tratamento da variação nos LD.

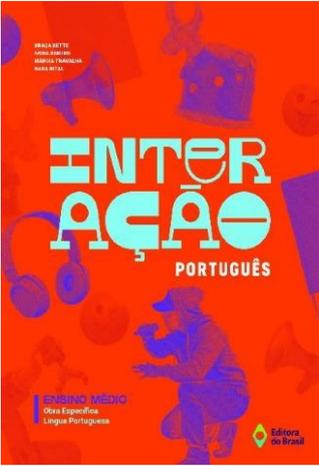
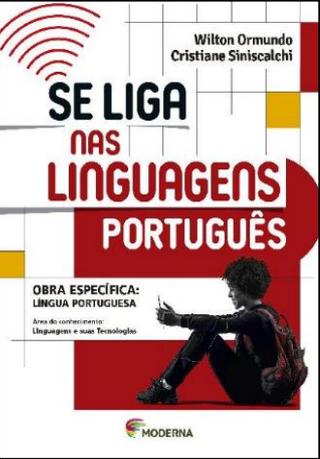
Cabe ressaltar que se trata de uma pesquisa de caráter descritivo com uma abordagem qualitativa, uma vez que pretende descrever os elementos analisados após observar a presença ou não de fenômenos como o vernáculo e/ou a variação linguística (como um todo) em livros

didáticos. Segundo Cervo; Bervian e Da Silva (2007, p. 61), “A pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. Procura descobrir [...] a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e suas características”. Conjuntamente, a pesquisa qualitativa, de acordo com Pope e Mays (2005, p. 89), utiliza “categorias analíticas para descrever e explicar fenômenos naturais”.

Dessa forma, a fim de investigar se os livros didáticos de Língua Portuguesa tratam ou não do vernáculo, foram selecionadas três coleções aprovadas no PNLD 2021: Ensino Médio – cada coleção é composta pelas três séries do EM (volume único), somando um total de nove livros analisados. Estes livros foram e/ou serão utilizados em ambiente escolar durante os anos de 2022, 2023 e 2024.

A escolha das coleções analisadas se justifica por serem estas coleções as mais recentes aprovadas no PNLD de 2021, sendo, portanto, as obras mais atuais disponíveis, e por serem coleções com as quais a pesquisadora teve contato por ser professora atuante em uma escola pertencente ao Estado. Dentre as sete coleções disponibilizadas, três foram selecionadas aleatoriamente para que se prossiga com a análise de como, e se, há uma abordagem do vernáculo da língua e como, e se, é realizado o trabalho com a variação linguística de forma geral. Após a escolha das coleções, foi realizada uma leitura das resenhas feitas sobre os livros, oferecidas pelo próprio Guia de 2021 (BRASIL, 2021). O estudo das resenhas deu-se somente como forma de verificar o que trariam, possivelmente, os manuais. Para um melhor detalhamento quanto aos livros que são analisados, segue abaixo um quadro com a relação de todos eles:

Quadro 2 – Relação dos livros didáticos analisados.

Capa da Coleção			
Autor(es)	Fernanda Pinheiro Barros <i>et al.</i>	Graça Sette <i>et al.</i>	Wilton Ormundo e Cristiane Siniscalchi
Editora / Ano	Ática, 2020	Editora do Brasil, 2020	Moderna, 2020

Dentre os nove livros que serão analisados – compondo eles as três coleções do EM destacadas acima – três recortes (os mais significativos, por conterem um volume mais expressivo de variação linguística) serão retirados para observação e apresentação das informações coletadas. Faz-se necessário ressaltar também que toda a análise, de todas as coleções, segue guiada por cinco questões elaboradas pela pesquisadora, com inspiração nas utilizadas para análise de livros didáticos propostas por Ricardo Joseh Lima (*Variação linguística e os livros didáticos de português*⁵) e Marcos Bagno (*Nada na língua é por acaso*⁶)

⁵ a) A variação linguística é uma constante na obra ou aparece de forma pontual, isolada?; b) A terminologia utilizada se adequa aos padrões científicos ao mesmo tempo que é acessível ao aluno?; Há a utilização de gêneros textuais que sejam representativos das variantes linguísticas abordadas, em situações reais de uso?; d) Os fenômenos abordados estão coerentes com a realidade linguística do PB?.

⁶ 1) O livro didático trata da variação linguística?; 2) O livro didático menciona de algum modo a pluralidade de línguas que existem no Brasil?; 3) O tratamento se limita às variedades rurais e/ou regionais?; 4) O livro didático apresenta variantes características das variedades prestigiadas (falantes urbanos/escolarizados)?; 5) O livro didático separa a norma-padrão da norma culta (variedades prestigiadas) ou continua confundindo a norma-padrão com uma variedade real da língua?; 6) O tratamento da variação no livro didático fica limitado ao sotaque e ao léxico, ou também aborda fenômenos gramaticais? 7) O livro didático mostra coerência entre o que diz no capítulos dedicados à variação linguística e o tratamento que dá aos fatos de gramática? Ou continua, nas outras seções, a tratar do “certo” e do “errado”?; 8) O livro didático explicita que também existe variação entre fala e escrita, ou apresenta a escrita como homogênea e a fala como lugar do erro? 9) O livro didático aborda o fenômeno da mudança linguística? Como? 10) O livro didático apresenta a variação linguística somente para dizer que o que vale mesmo, no fim das contas, é a norma-padrão?.

e *Sete erros aos quatro ventos*⁷). Os questionamentos elaborados para a análise das três coleções neste trabalho são:

- 1 – A coleção aborda a variação linguística?
- 2 – Existe uma parte específica dedicada à variação linguística?
- 3 – Há referências às variedades menos prestigiadas dentro da coleção?
- 4 – Há a abordagem do conceito de vernáculo?
- 5 – O uso do vernáculo está presente em alguma atividade oral da coleção?

Posteriormente, ao final das análises, será apresentado um quadro informativo com o resumo do estudo, de forma a deixar, visualmente, mais claras as observações feitas nos trechos selecionados das coleções. No tópico seguinte, passa-se, então, às análises dos dados e aos resultados verificados em cada uma dessas análises.

⁷ 1) Falsa sinonímia culto = padrão; 2) Desconsideração da variação estilística; 3) O padrão como uma “variedade”; 4) Variação é coisa de caipira; 5) A escrita como ideal; 6) Só o padrão tem regras; 7) Passar para a “norma culta”.

7. ANÁLISE E RESULTADOS

Deste ponto em diante, realiza-se a análise de cada coleção de LD, iniciando-se sempre pelo 1º ano, passando pelo 2º ano e terminando com o 3º ano do EM, visto que as três séries fazem parte de um mesmo livro, em uma mesma coleção. A fim de se evitar possíveis repetições de resultados e para que se obtenha mais objetividade nas análises, três fragmentos foram selecionados dentre as três coleções (um fragmento de cada coleção), sendo eles considerados pela pesquisadora os mais significativos, uma vez que se tratam dos recortes com maior incidência e aprofundamento sobre variação linguística. Segue-se, abaixo, para a análise desses fragmentos.

7.1 Coleção “Estações Língua Portuguesa: rotas de atuação social” (1º ao 3º ano do EM)

Começando pela coleção “Estações Língua Portuguesa: rotas de atuação social”, de Fernanda Pinheiro Barros *et al.*, observa-se, de forma geral, que o Livro do Estudante (LE) se inicia por duas seções: uma chamada *Conheça seu Livro* e uma seção chamada *Conheça a BNCC* – o que é um fator positivo, considerando-se ser interessante que o estudante saiba que existem diretrizes, as conheça e compreenda a base de formulação de todo o seu processo de aprendizagem.

Após a seção dedicada à BNCC, a coleção se divide em quinze capítulos temáticos, cada um deles sendo subdivididos por seções como *Embarque*, *Viagem* e *Desembarque*, sugerindo aos discentes que seja, metaforicamente, uma viagem pelo conhecimento. Na apresentação da coleção, as autoras dirigem suas falas aos estudantes, mostrando-lhes que o volume se destina a ajudá-los a desenvolverem seu potencial comunicativo e interativo com o mundo. Sugerem que o discente irá “compreender e analisar criticamente a língua como fenômeno (geo)político, histórico, cultural, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo suas variedades” (BARROS *et al.*, 2020, p. 3), fazendo com que se imagine que haverá tratamento da variação linguística dentro da obra. A linguagem usada nesta apresentação que aparece no LD é formal e finaliza propondo ao aluno que ele faça seu aprendizado, tornando-

se protagonista na construção de seu conhecimento, podendo atuar socialmente com autonomia e responsabilidade.

Portanto, com base no trecho da apresentação destacado acima, espera-se que, ao longo do manual, seja abordada a temática da variação linguística, levando aos alunos conceitos e exercícios relacionados ao tema. Dessa forma, se inicia a verificação da investigação a partir do fragmento selecionado retirado da coleção em questão:

Figura 2 – Poema Oswald de Andrade 1.

a) Por que Duvivier afirma que os poetas veem o mundo do alto do satélite ou da torre de marfim? A que tipo de estereótipo essa afirmação faz referência?

b) Segundo o autor, o humorista vive na lama, na sarjeta. O que isso significa?

c) De acordo com Duvivier, por suas características, a poesia e a piada não se encontrariam nunca. Por que, no entanto, elas se aproximam?

d) Converse com o professor e os colegas: Por que há quem diga que a poesia humorística e a crônica são gêneros menores?

- ⊗ Como Duvivier contrapõe essa ideia?

2 Veja, no exemplo a seguir, como Oswald de Andrade juntou piada e poesia. Você já leu algum texto desse escritor?

Erro de português

Quando o português chegou
 Debaixo duma bruta chuva
 Vestiu o índio
 Que pena!
 Fosse uma manhã de sol
 O índio tinha despido
 O português.

ANDRADE, Oswald de. *Erro de português*. In: *Poesias reunidas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.



Reprodução: Poema de Oswald de Andrade

OSWALD DE ANDRADE
 José Oswald de Sousa Andrade (1890-1954) nasceu na cidade de São Paulo. De família paulistana tradicional, classe alta, ascendência portuguesa, o escritor formou-se em Direito, mas atuou como jornalista. Foi casado com a pintora Tarsila do Amaral entre os anos de 1926 e 1929 e, em seguida, com a escritora Patrícia Galvão, a Pagu, entre 1930 e 1935. Fez várias viagens à Europa, onde conheceu diversos artistas de vanguarda. Escreveu poemas, romances, peças teatrais, além de manifestos importantes para a divulgação da estética modernista.

a) Por que esse poema é chamado de poema-piada?

b) O poema é estruturado por contrastes. Identifique e explique, pelo menos, dois deles.

- ⊗ O que esses contrastes revelam sobre o olhar do poeta a respeito da colonização portuguesa?

c) Qual é a função do humor no poema? Como esse humor aparece?

d) Explique o jogo de sentido que há no título do poema.

e) Os gêneros humorísticos, como as piadas, frequentemente veiculam estereótipos e preconceitos. Discuta com os colegas e o professor: Por que isso acontece? Quais são os limites do humor?

3 Agora você vai escolher mais poemas-piada e apresentá-los à turma em formato de vídeo! Confira as orientações.

► **COMO FAZER**

- ⊗ Escolha um poeta conhecido por seus poemas-piada e pesquise alguns exemplos de sua produção. Sugerimos alguns nomes pelos quais você pode começar, como Alice Ruiz, Cacasó, Chacal, Carlos Drummond de Andrade, José Paulo Paes, Leila Miccolis, Manuel Bandeira, Mário Quintana, Paulo Leminski, entre outros.
- ⊗ Faça uma triagem dos poemas-piada de que mais gostou e escolha um para transformar em vídeo-poema. Você pode usar como critério de seleção o poema mais engraçado ou o mais surpreendente, por exemplo.
- ⊗ Depois, planeje como transformar o poema escolhido em vídeo-poema. Para isso, não basta gravar a declamação. É necessário definir que elementos do texto você pretende destacar e que recursos vai utilizar para fazer isso, como a combinação de imagens estáticas e/ou em movimento, o uso de trilha sonora, entre outros.
- ⊗ Com a ajuda do professor, selecione os recursos necessários e produza o vídeo-poema conforme planejado. Por fim, compartilhe sua produção no blog da turma ou em alguma rede social utilizada pela escola.

Figura 3 – Poema Oswald de Andrade 2.

»»» 4ª PARADA

X NÃO ESCREVA NESTE LIVRO.

NOSSO LABORATÓRIO DE ANÁLISE LINGUÍSTICA E SEMIÓTICA

1 A subjetividade costuma ser uma marca dos textos poéticos e, em geral, é manifestada por um eu lírico que se expressa em primeira pessoa. No poema “Erro de português”, no entanto, não há um eu lírico explícito.

- a) De que forma o uso da interjeição “Que pena!” mostra o olhar do poeta a respeito do tema abordado?
- b) Qual é a função do adjetivo **bruta** no segundo verso?
- c) Que outros recursos são usados para expressar sua subjetividade?
- d) Que efeito essa ausência do eu lírico produz?

2 Leia mais um poema de Oswald de Andrade, em que o poeta valoriza a língua falada pelos brasileiros.

Vício na fala

Para dizerem milho dizem mio
Para melhor dizem mió
Para pior pió
Para telha dizem teia
Para telhado dizem teiado
E vão fazendo telhados

ANDRADE, Oswald de. Vício na fala.
In: *Poesias reunidas*. Rio de Janeiro:
Civilização Brasileira, 1971.



- a) Qual o efeito provocado pela repetição da estrutura “para dizerem x dizem y”, procedimento que chamamos de paralelismo sintático-semântico?
- b) No poema, quem são aqueles que dizem **mio** e **mió**? E quem diz **milho** e **melhor**? Qual é a diferença entre essas variantes?
- c) Além da diferença identificada no item b, que outras aparecem nos pares **mió/melhor** e **pió/pior**?

CAPÍTULO 5 ● 105

Figura 4 – Poema Oswald de Andrade 3.

d) Que outros pares de palavras é possível formar a partir dessas regras? Escreva pelo menos dois no caderno.

- Alguma dessas formas faz parte do seu jeito de falar?
- Na comunidade linguística da qual você faz parte, qual das duas variantes é mais usada? Converse sobre suas impressões a esse respeito com os colegas.

e) No poema, quem constrói telhados: os que falam **telhado** ou **telado**? Por quê?

- Qual é o sentido metafórico da palavra **telhados** no último verso?

f) Justifique o título do poema.

g) Converse com os colegas e o professor: Você conhece outros escritores que valorizaram variedades estigmatizadas ou que usaram seu modo de falar para valorizar determinada comunidade?

3 Oswald de Andrade usa a ironia para criticar por meio do humor. Como esse recurso aparece nos poemas “Erro de português” e “Vício na fala”?

4 Releia este trecho do prefácio de Gregório Duvivier:

A graça, por sua vez, deixou de ser sinônimo de distração e passou a ser pensada, cada vez mais, como “*cosa mentale*”, um exercício de inteligência — como as outras artes.

- Você diria que isso acontece nos poemas de Oswald de Andrade? Comente com os colegas e o professor.

5 Com base em suas respostas sobre as características dos poemas de Oswald de Andrade, no caderno, elabore uma síntese da escrita do poeta.

6 Os escritores, muitas vezes, desenvolvem sua escrita baseada em propostas artísticas que seguem ou inauguram estilos, estéticas, movimentos, escolas, períodos literários. De que maneira as características da linguagem de Oswald de Andrade representam a proposta do Modernismo? Consulte o box **Balcão de informações** para formular sua resposta.

BALCÃO DE INFORMAÇÕES

Oswald de Andrade foi um dos principais integrantes da Semana de Arte Moderna, ocorrida no Theatro Municipal de São Paulo, em fevereiro de 1922, marcando o centenário da Independência do Brasil. Juntamente com Mario de Andrade, Menotti del Picchia, Manuel Bandeira, entre outros, Oswald pautou sua escrita por uma renovação da literatura nacional, que era o principal objetivo do **Modernismo**: romper com as expressões artísticas tradicionais que tinham por modelo concepções europeias. Nesse sentido, as características da literatura oswaldiana afirmaram os princípios que aparecem nos seus manifestos. No “Manifesto Pau-Brasil”, publicado em 1924, ele defende a agilidade/originalidade e liberdade do texto literário e da língua nacional; e no “Manifesto Antropofágico”, publicado em 1928, enfatiza o humor e a invenção.

- Que acontecimentos históricos levaram Oswald de Andrade e os primeiros modernistas a rever o passado e a valorizar a língua nacional?

Para responder ao item f, considere principalmente o contraste entre o título e o último verso do poema.

VALE VISITAR

Acesse o aplicativo Panorama da Literatura Brasileira, criado pelo Núcleo Interinstitucional de Linguística Computacional (Nilc), da Universidade de São Paulo (USP), para obter mais informações sobre o período histórico do Brasil no início do século XX e sua relação com a estética modernista. Disponível em: <http://www.nilc.icmc.usp.br/nilc/literatura/modernismo1.htm>. Acesso em: 9 abr. 2021.

106 ● CAPÍTULO 5

Nesse fragmento selecionado – o primeiro encontrado na coleção e que se propõe a tratar da variação linguística – é possível verificar, no canto superior direito da página 105, que o próprio manual aponta a quais habilidades da BNCC ele está relacionando o texto e/ou exercício em questão (uma característica desta coleção). Observa-se que a habilidade referente à variação foi marcado em amarelo para um melhor acompanhamento neste estudo. A habilidade destacada versa o seguinte:

(EM13LP10) Analisar o fenômeno da variação linguística, em seus diferentes níveis (variações fonético-fonológica, lexical, sintática, semântica e estilístico-pragmática) e em suas diferentes dimensões (regional, histórica, social, situacional, ocupacional, etária etc.), de forma a ampliar a compreensão sobre a natureza viva e dinâmica da língua e sobre o fenômeno da constituição de variedades linguísticas de prestígio e estigmatizadas, e a fundamentar o respeito às variedades linguísticas e o combate a preconceitos linguísticos. (BRASIL, 2018, p. 508)

Na segunda figura acima, encontra-se um poema de Oswald de Andrade (Vício na fala), o qual as autoras pedem que os alunos façam uma leitura e o analisem, primordialmente, dentro de um estudo sobre textos literários. Como é possível notar, muitas são as habilidades da BNCC envolvidas no trabalho com este texto em específico, estando a habilidade que trata da variação mais ao final, representando um sinal de que esse texto e as questões em si não foram voltadas propriamente para um estudo sociolinguístico.

O poema de Oswald de Andrade apresenta marcas de oralidade, especificamente da variedade regional, e segue no livro já sendo apresentado como um texto que “valoriza a língua falada pelos brasileiros”. Nas questões que seguem o texto, as autoras levantam questionamentos que levam os estudantes a observarem aspectos como: paralelismo entre duas variedades apresentadas no poema (urbana e regional); a diferença entre os falantes de cada variedade em questão; a observância da diferença entre os fonemas na contraposição de palavras como “mió/melhor”; a possível familiaridade (ou não) dos falares do poema com os falares dos discentes; perguntam se os aprendizes conhecem mais autores que valorizam variedades estigmatizadas da língua e fecha sugerindo que analisem a relação de ironia presente entre os poemas “Erro de português” (presente na página 104) e “Vício na fala” (da pg. 105).

Contrastando o que se vê neste trecho do livro com o que pede a habilidade, verifica-se que os dois exercícios (2 e 3 das pg. 105 e 106) trazidos nas figuras acima de certa forma parecem fiéis à proposta da Base. No entanto, é pertinente verificar que as autoras iniciaram a apresentação do tema variação linguística através de um pequeno poema, em um ponto do livro

já bastante avançado (quase na metade do livro), especialmente, considerando-se que um manual abarca os três anos do EM. Dessa forma, ao se considerar a disposição do conteúdo e o número de páginas, presume-se que a temática é trabalhada por volta do segundo ano do EM. Essa observação faz surgir um questionamento: por se tratar o vernáculo de uma variedade que trazemos de casa, de nossa convivência mais íntima na sociedade, não deveria ser apresentado já no início da coleção, de forma a conduzir melhor o aluno ao entendimento das variedades mais formais e suas regras? Uma solução para tal problema seria abordar o vernáculo de maneira transversal, perpassando todos os capítulos, tendo sua apresentação vinculada a cada análise linguística significativa dentro do estudo da língua.

Outro fato a se observar na análise desse trecho encontrado é o de que se espera que o professor atue e complemente as informações trazidas no livro, ou segue-se com o risco de o estudante não compreender a proposta de uma análise parcial da variação, visto que é uma abordagem que se inicia entrelaçada a outros estudos e sem carga teórica anterior.

Na sequência (pg. 107 e 108), há um trabalho com poema (rima, métrica, estilo literário e autor). Posteriormente, já na página 109, surpreende-se com um aprofundamento no tema da variação linguística, como verifica-se na figura abaixo:

Figura 5 – Desembarque 1.

DESEMBARQUE

No percurso até aqui, vimos que o riso vai muito além da diversão. Presente na literatura dos mais diferentes tempos, o humor pode ser um meio de abordar questões socialmente relevantes e também uma ferramenta de crítica social. Para comprovar isso, você e os colegas vão mobilizar diversas linguagens para criar um cordel que auxilie no combate a preconceitos linguísticos.

NA BNCC

Competências gerais: 1, 3, 4, 9

Competências específicas de Linguagens: 1, 2, 3, 4, 6

Habilidades de Linguagens: EM13LGG103, EM13LGG104, EM13LGG201, EM13LGG301, EM13LGG302, EM13LGG401, EM13LGG402, EM13LGG601, EM13LGG602, EM13LGG603, EM13LGG604

Habilidades de Língua Portuguesa:

- Todos os campos de atuação: EM13LP10, EM13LP11, EM13LP12, EM13LP15
- Campo das práticas de estudo e pesquisa: EM13LP32
- Campo artístico-literário: EM13LP49, EM13LP54

»» PORTÃO 1

✗ NÃO ESCREVA NESTE LIVRO.

CORDEL RIMA CRÍTICA COM HUMOR!

/// Pronto para pôr seus conhecimentos em prática? Organize-se em grupos e informe-se sobre o que você e os colegas vão fazer.

Gênero	Cordel.
Situação	Você e os colegas vão produzir um folheto de cordel que use o humor de forma crítica para fazer os leitores refletirem sobre a variação linguística e se engajarem no combate a preconceitos linguísticos.
Tema	Variação linguística e preconceitos linguísticos.
Objetivos	1) Produzir um folheto de cordel que informe o fenômeno da variação linguística e promova o respeito às variedades linguísticas. 2) Usar o humor como ferramenta de denúncia e de crítica social. 3) Engajar a comunidade escolar e do entorno no combate aos preconceitos linguísticos.
Quem é você	Um estudante e aprendiz de cordelista.
Para quem	Comunidade escolar e do entorno.
Tipo de produção	Em grupo.

CAPÍTULO 5 ● 109

Fonte: Barros *et al.* (2020, p. 109)

Na página 109, as autoras pedem que os estudantes produzam um cordel que contenha humor, de forma a levar o leitor deste cordel a refletir criticamente sobre a variação linguística, combatendo preconceitos linguísticos. Nesta seção “Desembarque”, ainda dentro do mesmo capítulo 5, a variação aparece como objeto de pesquisa, ou seja, não há explicações teóricas dadas aos aprendentes. Eles precisam investigar a temática para compreender seu teor e usá-lo para produzir um texto. Na página seguinte (110), são dadas instruções sobre como e onde realizar a pesquisa, bem como questões norteadoras que levam à reflexão sobre pontos chave quando o assunto é variação linguística, como pode ser comprovado na figura abaixo:

Figura 6 – Desembarque 2.

»» PORTÃO 2

PESQUISANDO O TEMA

/// Para informar os leitores do cordel sobre o fenômeno da variação linguística e engajá-los no combate aos preconceitos linguísticos, você e os colegas precisarão abordar o tema com bastante segurança e consistência. Por isso, além de recorrer a seus conhecimentos prévios e aos que vimos sobre o assunto neste capítulo, a proposta é que vocês façam uma pesquisa para se aprofundarem. Vejam como fazer isso.

a) Faça uma breve pesquisa sobre variação linguística na internet, nos livros da biblioteca da escola ou, ainda, em livros que o professor possa compartilhar com a turma. Essa pesquisa tem o objetivo de informar de modo geral sobre o assunto e de responder de forma ampla à pergunta “O que é variação linguística?”. Lembre-se de anotar a fonte completa dos sites e livros pesquisados.

b) Depois de realizar essa pesquisa mais genérica, converse com a turma sobre que perguntas vocês devem responder para se aprofundarem no assunto. A seguir, listamos algumas sugestões pelas quais vocês podem começar:

- Por que a língua varia e que fatores a fazem variar?
- Quem considera essa variação da língua positiva e quem a considera negativa?
- Quais são os tipos de variação linguística?
- O que é norma culta e norma-padrão?
- O que são variedades estigmatizadas?
- O que é e como combater o preconceito linguístico?

c) A próxima etapa será fazer uma nova pesquisa que tenha como foco encontrar respostas confiáveis para essas perguntas. Antes de compartilhar os resultados com a turma, discuta-os com os integrantes do grupo. Durante a socialização, você pode comparar suas informações com as dos colegas: Quais se assemelham e quais se diferenciam? Que fontes são mais ou menos confiáveis? Na data combinada com o professor, cada grupo deve levar os resultados obtidos para a turma.

»» PORTÃO 3

REFLETINDO SOBRE A ESTRUTURA DO CORDEL E A PRODUÇÃO DO HUMOR

1 Como vimos na 2ª parada, o cordel é um gênero organizado em versos. Muitos cordelistas seguem um esquema fixo, então, para escrever seu cordel, você deve decidir:

- qual será o tamanho de cada verso, isto é, quantas sílabas poéticas terão os versos;
- quantos versos terá cada estrofe;
- qual será o esquema das rimas, isto é, que versos vão rimar.

110 ● CAPÍTULO 5

Ao pedir que os discentes pesquisem o tema ao invés de trazer no livro os conceitos relacionados à variação e ao preconceito linguístico, as autoras cumprem o prometido na apresentação da coleção, visto que, a partir da investigação, os alunos tornam-se protagonistas e construtores de seu próprio conhecimento. Nesse momento, exige-se do docente atenção quanto às fontes procuradas pelos estudantes, a fim de que eles encontrem informações confiáveis.

Além disso, do ponto de vista desta pesquisa, considera-se que este foi um pequeno trecho, dentro de apenas um dos capítulos até aqui verificados, demonstrando que o tratamento da variação linguística no livro didático de Língua Portuguesa segue colocado em segundo plano. Em primeiro plano, nesta coleção, fica o trabalho com gêneros textuais diversos voltados ao mundo do trabalho e das práticas cotidianas mais formais. A resenha trazida pelo Guia 2021, informa que

Nessa obra, as competências gerais, específicas e as habilidades previstas para o componente de Língua Portuguesa no Ensino Médio são trabalhadas por meio de atividades que provocam o(a) estudante a mobilizar informações para experienciar as **práticas de linguagem**, por meio da leitura, da escrita, da oralidade, da análise da linguagem verbal e de outras semioses. (BRASIL, 2021, p. 60, grifo nosso)

No que tange ao vernáculo, objeto importante desta investigação, não houve exposição de seu conceito, tampouco foi trabalhado o uso de textos com linguagem vernacular. O que se tem é uma ou outra palavra desta variedade utilizada de forma solta dentro do texto – não se tratam de textos da prática oral vernacular, aqueles provenientes do cotidiano.

Após a análise desta coleção, resta destacar que experienciar práticas de linguagem envolve experienciar a prática trazida de seu meio, portanto o vernáculo, variedade mais falada nos meios sociais, especialmente dos estudantes. No entanto, verificou-se que o estudo sobre a variação linguística segue tímido e incompleto, restringindo essa experiência prática da linguagem a breves momentos e atividades pontuais. Segue-se agora para a análise da segunda coleção selecionada.

7.2 Coleção “Interação Português” (1º ao 3º ano do EM)

Partindo para a coleção “Interação português”, de Graça Sette *et al.*, verifica-se que o Livro do Estudante abre com uma seção intitulada *Começo de conversa*, na qual as autoras

partem para um diálogo com o discente, alertando-o sobre as novas situações que ele enfrentará no EM. A seção segue com explicações sobre o que é o Novo Ensino Médio (NEM) e do protagonismo exigido agora por parte dos alunos em seu aprendizado.

Assim como a obra anterior, essa também começa revelando o que é e o que preconiza a BNCC, mostrando os objetivos e justificativas do volume a ser trabalhado com os discentes ao longo dos três anos. Mais uma vez, fica subentendido que haverá um trabalho com a VL e com o vernáculo, como pode ser observado na fala das autoras:

No Novo Ensino Médio, as aulas de Língua Portuguesa estão presentes ao longo dos três anos de curso, cada vez mais **focadas na reflexão crítica e mais próximas das práticas contemporâneas de linguagem**, da cultura digital e das culturas juvenis. Em sintonia com esses novos caminhos, esta obra contribuirá para que você: aprecie, com emoção e sensibilidade, a arte e a cultura; **saiba expressar-se em diferentes linguagens com liberdade, clareza e criatividade**; argumente na defesa de seus pontos de vista e respeite as opiniões do outro; leia e escreva com proficiência e senso crítico; compreenda as novas tecnologias e seus impactos nas relações sociais, no estudo, no trabalho e nas linguagens; possa tornar-se um cidadão capaz de apresentar soluções para construir uma sociedade mais justa e democrática. (SETTE et al, 2020, p. 4, grifo nosso)

Reforça-se que, para que o estudante aprenda a “expressar-se em diferentes linguagens com liberdade, clareza e criatividade” (SETTE et al, 2020, p. 4), além de desenvolver uma visão crítica sobre sua língua, com base nas práticas contemporâneas de linguagem, faz-se necessário um trabalho com o vernáculo e uma elucidação sobre tudo o que envolve a VL, sobre como chegamos onde estamos em termos de comunicação e sobre o que é o vernáculo, extremamente praticado, mas desconhecido para a maioria dos falantes.

Adiante aparece o sumário, revelando que a coleção está dividida em doze unidades, sendo cada uma delas subdivididas em seções como *Literatura*, *Literatura viva*, *Leitura*, *Análise linguística e semiótica*, *Atividades*, *Produção de texto* e *Eu, você... e todo mundo*. Após a apresentação da abertura do livro, segue-se com a análise dos fragmentos selecionados, retirados desta coleção:

Figura 7 – Análise linguística e semiótica 1.

Análise linguística e semiótica

Variação linguística e preconceito linguístico

1. Releia o início da carta de propostas estudada nesta unidade.

Caros colegas presentes no Encontro Nacional Preparatório para 3ª Conferência Global de Erradicação do Trabalho Infantil. Em reunião extraordinária com os adolescentes presentes foram apontadas várias propostas referentes ao real papel da criança e do adolescente na construção de políticas públicas para erradicar o trabalho infantil.

Temos um jeito diferente do adulto e do idoso de ver e sentir o mundo. [...]. Muitas vezes, os adultos só lembram o que fizeram de ruim e feio quando eram adolescentes.

a) O evento em que essa carta foi produzida representa uma situação comunicativa mais formal e pública ou mais descontraída, familiar? Explique.

b) A linguagem empregada na carta é adequada a essa situação? Justifique sua resposta.

Assim como se usam roupas mais formais ou mais informais conforme a situação, a linguagem também tem registros de mais **formalidade** e de mais **informalidade**, que devem ser empregados de acordo com o contexto de produção do texto, seja falado, seja escrito.

2. Agora leia a seguinte charge.



WALTER LUÍS. Disponível em: <https://www.rapnacional.com.br/quadrinhos-e-tirinhas-hip-hop-rabiscando-02-ta-osso/>. Acesso em: 18 fev. 2020.

a) O que a expressão facial dos personagens revela?

b) Qual é a relação entre o gesto dos personagens e sua expressão facial?

c) Que efeito de sentido os traços acima da cabeça de cada personagem criam?

d) O que quer dizer a expressão "estar osso" ?

e) Além de ser o nome de um artista, bone é também um substantivo comum inglês. O que ele significa?

f) Que jogo de palavras produz o humor da charge?

g) Que registro linguístico é usado pelos personagens? Ou seja, qual é o grau de formalidade da linguagem que empregam? Justifique o uso desse registro tendo em mente a situação comunicativa representada.

h) Que elementos nas falas indicam o registro linguístico?

Contexto de produção

O contexto de produção de um texto diz respeito, de modo geral, ao tempo, ao espaço e à cultura em que se insere o produtor do texto, o qual deve atentar às seguintes condições:

- objetivos: Por que estou produzindo o texto? O que pretendo com ele?
- interlocutores envolvidos: Com quem estou interagindo, isto é, quem é meu interlocutor? Que tipo de relação mantenho com ele? Próxima e íntima ou distante e formal?
- gênero textual que se está produzindo: conversa por aplicativo de mensagens instantâneas? E-mail encaminhando um currículo? Prova escolar?
- suporte em que o texto vai circular: aplicativo de mensagens instantâneas? Mural da escola? Jornal?

Começando pela página 31, o título leva a crer que haverá uma exposição dos conceitos de VL e preconceito linguístico, criando a expectativa de exercícios que levem o discente a contemplar as diferentes variedades, chegando, posteriormente, ao que significa o preconceito linguístico e por quê ele existe. Já na questão 1, as autoras limitam o tratamento da VL à verificação da variedade mais formal, colocando um trecho de texto formal pronunciado em uma situação formal.

A atividade 2 traz uma charge com um vernáculo (finalmente), porém, quando se segue com a análise, verifica-se que, das oito questões dentro desta atividade, somente as letras “d”, “g” e “h” fazem referência, de fato, à variação linguística. Essas três questões levam o estudante à reflexão sobre a linguagem que usa em seu contexto social afetivo, íntimo e não monitorado, mas a atividade peca ao não explorar mais a charge como ferramenta para elucidar o que é o vernáculo, em que contexto ele surge, sua importância dentro do aprendizado de LP ou para trabalhar alguma atividade oral. Ao focar nos quadros explicativos dentro da página, também fica evidente que a preocupação, além do trabalho com a variedade mais formal, dedica-se ao ensino da intertextualidade.

Figura 8 – Análise linguística e semiótica 2.

Tanto os autores da carta de propostas quanto os personagens da charge são jovens falantes da língua portuguesa e a usaram de forma adequada.

Como todas as outras línguas, a língua portuguesa abrange diversas variedades, que são usadas conforme o contexto em que os falantes se encontram. O fenômeno das **variedades linguísticas** comprova a natureza viva e dinâmica da língua e está associado ao lugar, à época, à escolaridade do falante, à idade dele, ao grupo social a que pertence e à situação, entre outros fatores. Quando a linguagem varia quanto à formalidade de acordo com a situação, temos a variedade situacional ou registro.

Assim, os personagens da charge usam uma variedade situacional informal, enquanto na carta de propostas ela é mais formal, seguindo as prescrições da gramática tradicional.

3. Observe esta outra charge.



Roberto Kroll

KROLL, Roberto.
Disponível em:
<http://www.robertokroll.com.br/>
Acesso em: 13 abr. 2020.

- O registro escolhido pelo personagem à esquerda é adequado à situação? Por quê?
- A forma como esse personagem foi caracterizado graficamente reforça sua resposta ao item a? Explique.

Nas atividades, você observou que um mesmo falante pode escolher usar uma linguagem mais formal ou mais informal, conforme a situação em que se encontra. Outras variações linguísticas são influenciadas por circunstâncias como a região do país, o grupo social e até a profissão do falante, e há, portanto, inúmeras possibilidades de usar a língua, todas elas válidas.

Entre todas essas variedades linguísticas, porém, existem as chamadas **variedades de prestígio**, que são empregadas pelos grupos mais prestigiados socialmente, por sua situação econômica, política ou cultural. Trata-se, por exemplo, do linguajar dos jornalistas de ponta da imprensa de circulação nacional e da linguagem usada no mundo acadêmico (instituições de ensino superior).

As variedades de prestígio aproximam-se da **norma-padrão**. Segundo o linguista e escritor brasileiro Marcos Bagno, essa expressão designa uma modalidade **idealizada** da língua, influenciada pelo português de Portugal, pela escrita de grandes escritores do passado e pelas regras da gramática tradicional.

Do lado oposto ao das variedades de prestígio, estão as variedades empregadas pelas classes sociais menos favorecidas, que são muitas vezes estigmatizadas como "erradas, inferiores ou feias".



Cezar Cunha

Na página seguinte (32), como pode ser visto na figura acima, há um quadro que traz informações mais detalhadas sobre o que são as variedades linguísticas. A atividade que segue o quadro (atividade 3) propõe a reflexão sobre o uso de fala em determinado contexto e vem seguido de mais uma explanação sobre VL. Essa elucidação já aparece mais bem especificada e as autoras a apresentam, dessa vez, indicando que “há, portanto, inúmeras possibilidades de usar a língua, todas elas válidas.” (SETTE *et al.*, 2020, p.32), o que vai demonstrando ao aluno que a comunicação pode ocorrer de maneiras diversas. A explicação segue informando que, em contraponto à variedade formal, existem as de menos prestígio, sendo estas estigmatizadas como “erradas, inferiores ou feias”.

Figura 9 – Análise linguística e semiótica 3.

Todas as variedades são legítimas e devem ser respeitadas. O que se deve considerar é a adequação da linguagem ao contexto e ao gênero discursivo. A discriminação dos falantes de certas variedades configura preconceito linguístico.

É importante atentar para o fato de que todos têm o direito de aprender as variedades de prestígio, mas o desrespeito ao uso de outras variedades pode se tornar um mecanismo para a discriminação e a segregação de camadas menos favorecidas socialmente. O que se espera de uma sociedade justa é que todos dominem as variedades de prestígio para utilizá-las quando julgarem adequado.

Intertextualidade

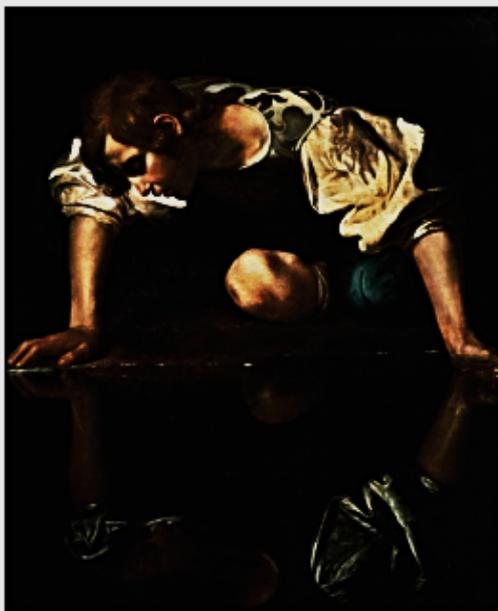
1. Nesta unidade, você leu o poema “Contranarciso” (página 16), que dialoga com o mito de Narciso. Como se dá esse diálogo, isto é, de que forma o tema original do mito está presente no poema?

Ao analisar o poema de Leminski, nota-se que o eu lírico, ao falar sobre a construção da própria identidade, retoma o mito grego de Narciso, porém essa retomada se afasta do tema original. Enquanto no mito se percebe a paixão de alguém por si mesmo e a sensação de autossuficiência, no poema, o eu lírico versa sobre a necessidade de conviver com os outros e reconhecer-se neles.

É bastante comum um texto retomar outros textos, sejam eles do mesmo gênero ou não. Esse diálogo entre textos chama-se **intertextualidade**. Nele, um “texto-fonte” é o ponto de partida para a produção de um novo texto, que pode fazer referência implícita ou explícita ao original, parodiando-o, criticando-o, satirizando-os ou mesmo negando-o.

A identificação da intertextualidade auxilia a leitura e a compreensão de textos escritos e orais, de pinturas, de filmes, entre outros. Muitas vezes, o leitor precisa conhecer as referências para perceber o **intertexto** e ampliar sua compreensão do texto.

2. Muitos artistas se apropriam de temas e obras de autores clássicos, criando obras com base nas imagens originais. Observe as imagens a seguir.



Galera Nacional | Barreiros | Rome, Italia

Caravaggio.
Narciso, 1594-1596.
Óleo sobre tela,
110 cm x 92 cm.

Você não é o primeiro

Todo texto, escrito ou oral, faz referência a outro texto. Assim, dizemos que o processo de comunicação é sempre intertextual. Segundo o filósofo russo Mikhail Bakhtin (1895-1975), nenhum discurso é original: ele se configura como resposta a outro discurso e, nesse processo de constante diálogo, a comunicação está em permanente recriação.

Scientific Library/REU



O filósofo russo Mikhail Bakhtin.

Na página 33, localizada na figura acima, as autoras continuam suas explicações sobre o que é o preconceito linguístico, chamando a atenção para o fato de que se deve respeitar todas as variedades. Elas encerram mostrando que desrespeitar as variedades menos prestigiadas contribui para a segregação de camadas menos favorecidas socialmente e que dominar as variedades mais prestigiadas dá a todos a oportunidade de utilizá-las quando necessário.

Nesta coleção, o tratamento sobre VL se encerra aqui, sendo discriminado em apenas três páginas (menos que isso), porém, com uma maior atenção somente na segunda. Faz-se imperativo lembrar que, nas palavras de Cyranka (2016, p. 171),

[...] é preciso investir em atividades de identificação das diferenças dialetais. Nesse sentido, são inúmeras as possibilidades de construção de propostas de observação e análise de textos em diferentes gêneros orais e escritos: entrevistas; debates; conversas gravadas pelos próprios alunos, com diferentes interlocutores e em situações diversas [...]; revistas em quadrinhos; e-mails; WhatsApp; propagandas; anúncios; outdoors [...] etc.

As autoras até empregam uma charge com fala vernacular, o que é incomum, infelizmente, mas a utilizam mais para um trabalho voltado para elementos intertextuais que para um trabalho com VL. A falta de outros textos informais também é sentida, uma vez que, assim como a maioria dos autores, a apresentação da temática vem com textos formais, em sua maioria.

Novamente, uma coleção é apresentada para escolha, publicação e distribuição com uma quantidade ínfima sobre variação. O ensino de VL, o trabalho com o vernáculo no EM, até aqui, prossegue sendo ofertado timidamente pelos autores de LD, não sendo essa uma forma correta de tratar a VL, tanto nos livros quanto em sala de aula. Para que se chegue a um trabalho, minimamente, satisfatório com VL e vernáculo, espera-se que ele venha entrelaçado às várias temáticas do estudo de Língua Portuguesa, a fim de que o estudante alcance o entendimento da língua que usa e do motivo da existência da norma-padrão. Segue-se, agora, para a análise da última coleção selecionada.

7.3 Coleção “Se Liga nas Linguagens – Português” (1º ao 3º ano do EM)

Passando para a análise da última obra selecionada “Se liga nas linguagens: português”, de Wilton Ormundo e Cristiane Siniscalchi, observa-se que o Livro do Estudante começa com a *Apresentação*, na qual os autores dialogam com o aluno, esclarecendo que trabalham com

adolescentes há algum tempo e ressaltando o protagonismo exigido por parte dos estudantes em seu processo de aprendizagem. Esse protagonismo, de fato, vem citado logo no início da BNCC, em sua parte que trata sobre o EM, como pode ser visto no trecho:

Considerar que há muitas juventudes implica organizar uma escola que acolha as diversidades, promovendo, de modo intencional e permanente, o respeito à pessoa humana e aos seus direitos. E mais, que garanta aos estudantes ser **protagonistas de seu próprio processo de escolarização**, reconhecendo-os como interlocutores legítimos sobre currículo, ensino e aprendizagem. (BRASIL, 2018, p. 463, grifo nosso)

Outro ponto importante a ser destacado é a preocupação demonstrada por parte dos autores com relação à linguagem. Para eles, mesmo que todas as áreas do conhecimento tenham sua importância, consideram que o trabalho com a linguagem é singular. Os autores desta coleção acreditam que “é a palavra que nos possibilita inventar e reinventar o mundo” (ORMUNDO; SINISCALCHI, 2020, p. 3). Nesse sentido, espera-se encontrar no manual um trabalho adequado com a VL, bem como com o vernáculo, visto que são pontos essenciais quando se fala em aprendizagem de Língua Portuguesa, linguagem e atuação do sujeito na sociedade por meio de sua fala.

Após a *Apresentação*, surge a seção *Conheça seu livro*, que explica ao estudante como o conteúdo está disposto. Posteriormente, segue o sumário, demonstrando que o manual está dividido em 32 capítulos, sendo os 15 primeiros sobre literatura e os 17 posteriores sobre análise linguística e semiótica. Parte-se, assim, para a análise do recorte mais significativo encontrado nesta coleção:

Figura 10 – Por dentro da variação linguística 1.



Fonte: Ormundo; Siniscalchi (2020, p. 168)

Nesta coleção, as explicações sobre a VL começam através da ilustração presente na figura 10, destacada acima, na qual é possível visualizar uma pequena introdução que mostra que a língua está em constante transformação. Nesta página, vislumbra-se imagens diversas, com vários dizeres que representam a variação geográfica. Encontra-se, ainda, um mapa, no canto inferior esquerdo, com expressões típicas de cada região e uma explicação sobre o que é variação geográfica.

Na página seguinte (p. 169 que pode ser visualizada abaixo), os autores continuam explicando o que é variação social, trazendo, de maneira sucinta, o seu conceito. O mesmo esquema é feito e, mais uma vez, tem-se imagens com falas que representam cada nicho social. Logo abaixo, no canto inferior direito, temos o conceito de variação histórica ou temporal, que também vem ilustrado acima da explicação. Finalmente, no canto inferior esquerdo, os autores apresentam um pequeno mapa mundial, apontando quais países têm o português como língua oficial. Observe a figura 11, referente à página 169:

Figura 11 – Por dentro da variação linguística 2.

Variação social
Ocorre entre os diferentes grupos sociais e reflete idade, gênero, classe social e nível de educação recebido, além de ideias religiosas, princípios morais, profissão, familiaridade com certas práticas culturais, entre outros fatores.

O jargão é um conjunto de termos específicos utilizados por pessoas de um grupo profissional.

As gírias substituem palavras formais da língua e pertencem ao vocabulário específico de certos grupos. Elas também sofrem influência do tempo.

Os falantes adaptam sua linguagem ao interlocutor e à situação de comunicação.

A língua portuguesa no mundo
Conheça os países que também têm o português como idioma oficial.

PORTUGAL Banda desenhada = História em quadrinhos Casa de banho = Banheiro Frigorífico = Geladeira	ANGOLA Autocarro = Ônibus Camba = Amigo Mata-bicho = Café da manhã
CABO VERDE	GUINÉ-EQUATORIAL
GUINÉ-BISSAU	TIMOR-LESTE
BRASIL	SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE
	MOÇAMBIQUE

Varição histórica ou temporal
Ocorre ao longo do tempo, com a renovação contínua do vocabulário e, menos frequentemente, da pronúncia e das regras de escrita das palavras e das normas gramaticais.

Fontes: PRETTI, D. *Sociolinguística: os níveis de fala*. São Paulo: Edusp, 1994; GNERRE, M. *Linguagem, escrita e poder*, 2. ed., São Paulo: Martins Fontes; BELINE, Ronald. *A variação linguística*. In: FIORIN, José Luiz. (org.) et al. *Introdução à Linguística*, 6. ed., 7ª reimpr., São Paulo: Contexto, 2019; CALLOU, Dinah; LETTE, Yvonne. *Como falam os brasileiros*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002; FARACO, C. A. *Linguística histórica*. São Paulo: Atica, 1991.

É interessante a forma como os autores trazem os conceitos, parecendo tornar tudo mais fácil e divertido para o aluno. Ilustrar o ensino de língua, assim como trabalhar a oralidade em sala de aula, podem contribuir muito para um aprendizado mais eficaz. Até o momento, foi perceptível o quão negligenciado foi o trabalho com a oralidade nas coleções analisadas, sendo, portanto, negligenciado o trabalho com o vernáculo. Os autores seguem, na página posterior, com explicações sobre adequação linguística, como pode ser visto na figura 12:

Figura 12 – Adequação linguística.

Adequação linguística

O trecho a seguir foi transcrito de uma obra que conta a história de uma rebelião ocorrida em um presídio de São Paulo na década de 1990. Em coautoria com Bruno Zeni, editor do livro, José André de Araújo, o André du Rap, narra suas memórias. Leia o texto e responda às questões.

[...] Era no segundo andar, vários presos saíram pelos corredores, vários curiosos saíram pra galeria pra ver. Eu tava voltando do campo, era umas onze horas. Lá, a gente ouvia que tava tendo uma treta no segundo andar. Todo mundo voltou para ver o que tava acontecendo. Quando tem uma confusão todo mundo quer ver, saber se é um irmão da quebrada, um companheiro. Para tentar trocar uma ideia antes, fazer um debate, saber quem tá certo, saber quem tá errado.

ZENI, Bruno (coord. ed.). O massacre do Carandiru. In: *Sobrevivente André du Rap (do Massacre do Carandiru)*. São Paulo: Labortexto, 2002. (Fragmento).

1. Que situação é narrada no trecho?
2. Quais palavras ou expressões particularizam a variedade linguística empregada? O que elas significam?
3. O editor do livro optou por manter as palavras usadas pelo autor do relato. Que efeito ele obtém com o uso dessa variedade linguística?

A variedade linguística usada por esse falante é bastante comum nas periferias das grandes cidades da região Sudeste, sendo empregada principalmente por jovens. No entanto, mesmo aqueles que não fazem parte desse grupo social compreendem o relato. Isso acontece porque os falantes de uma língua não conhecem apenas uma de suas variedades; conhecem e sabem empregar muitas delas.

Nesse conjunto de possibilidades, estão as **variedades urbanas de prestígio**, que são aquelas empregadas pelas pessoas que usufruem maior prestígio social. Os modos de escrever e de falar dos indivíduos desse grupo definem alguns padrões de linguagem que são necessários para a continuidade da vida escolar, para o acesso a certas manifestações culturais, como a literatura, e para a comunicação em várias situações sociais e profissionais, sobretudo aquelas mais formais.

Toda comunicação pela língua pressupõe um **processo de adequação**. O falante seleciona, em seu repertório linguístico, as formas mais adequadas às finalidades específicas da comunicação em que está envolvido, considerando seus interlocutores, o assunto de que trata, o objetivo da fala e o local em que se dá a comunicação.

Essa adequação linguística pressupõe, entre outros fatores, a escolha de um nível de fala ou registro apropriados. A **linguagem formal** está relacionada a um comportamento linguístico mais refletido, monitorado, em que se espera o respeito às formas linguísticas socialmente prestigiadas, já que se aplica a situações de maior formalidade. A **linguagem informal**, por sua vez, indica um comportamento mais distenso, descontraído, inclinado a não seguir com rigor tais formas e a incluir expressões coloquiais, gírias etc.

Mesmo nesses níveis podemos observar variações. A linguagem informal que você usa para conversar com seus colegas, por exemplo, provavelmente não é a mesma que usaria ao conversar com o diretor da escola ou com seu médico.

Sabia?

A gramática tradicional apresenta a **norma-padrão**, um modelo de uso da língua construído com base na análise de textos escritos de portugueses e brasileiros cultos, muitos deles autores de séculos ou décadas passadas. Esse modelo oferece uma visão homogênea da língua, porque praticamente desconsidera as variedades linguísticas e as particularidades da fala. Por esse motivo, a norma-padrão é apenas uma referência linguística. Mesmo os falantes das variedades urbanas de prestígio, que são as que mais se aproximam dessa norma, abandonam ou modificam as regras que não lhes parecem adequadas às suas necessidades reais de comunicação.

Na página selecionada acima, continua-se com a discussão sobre adequação linguística. É interessante a forma como os autores levantam o debate, pedindo que o estudante observe um trecho de um relato transcrito. Trabalhar a transcrição em sala de aula é uma forma excelente de mostrar aos discentes a representação gráfica de uma fala, especialmente quando se trata de transcrições de vernáculos. Isso dá ao aluno a oportunidade de ver sua fala cotidiana representada não somente em um LD – material visto por ele ao longo de sua vida escolar – mas também de entender que essa fala é válida e é ponto de partida para o entendimento da norma-padrão.

A transcrição permite ao professor trabalhar com os discentes as marcas de oralidade, as variedades linguísticas, as adequações de uso da língua, dentre diversos outros pontos no ensino de LP. O estudo do estilo de fala, que está relacionado ao grau de monitoramento (maior ou menor) com os alunos, permite que ele obtenha um desempenho linguístico melhor, mais apurado, de forma que o discente passe a compreender qual variedade se adequa a qual situação de interação (MARTINS; GUIMARÃES, 2016).

Em sequência ao trecho transcrito, há três atividades relacionadas ao texto e em seguida os autores continuam com as explicações sobre VL, ainda na mesma página. Outro ponto positivo na obra é o destaque que os escritores dão, em forma de curiosidade (quadro no final da p. 170), à explicação sobre norma-padrão e sua origem, detalhe diferenciado em relação às coleções analisadas anteriormente. Na página 171, encontram-se duas atividades ainda voltadas para o ensino de VL, a primeira sobre variação histórica e a segunda sobre jargão – conjunto de termos específicos, utilizados por uma categoria profissional específica –, estando o jargão incluído dentro da variação social, como pode ser visto na figura abaixo:

Figura 13 – Variação e adequação linguística na prática 1.

Variação e adequação linguística NA PRÁTICA

1. Leia a seguir os dois primeiros parágrafos da obra *A menina do narizinho arrebitado*, de Monteiro Lobato (1882-1948). O trecho foi extraído da primeira edição do livro, publicado em 1920 pela editora Monteiro Lobato & Cia.

O somno á beira do Rio

Naquella casinha branca, – lá muito longe, móra uma triste velha, de mais de setenta annos. Coitada! Bem no fim da vida que está, e tremula, e catacega, sem um só dente na bocca – jururú... Todo o mundo tem dó d’ella: – Que tristeza viver sozinha no meio do matto...

Pois estão enganados. A velha vive feliz e bem contente da vida, graças a uma netinha órfã de pae e mãe, que lá móra des’que nasceu. Menina morena, de olhos pretos como duas jaboticabas – e reinadeira até alli!... Chama-se Lucia, mas ninguem a trata assim. Tem appellido. Yayá? Nenê? Maricota? Nada disso. Seu appellido é “Narizinho Rebitado”, – não é preciso dizer porque. Alem de Lucia, existe na casa a tia Anastacia, uma excellente negra de estimação, e mais a Excellentissima Senhora Dona Emilia, uma boneca de panno, fabricada pela preta e muito feiosa, a pobre, com seus olhos de retroz preto e as sobranceilhas tão lá em cima que é ver uma cara de bruxa.

LOBATO, Monteiro. *A menina do narizinho arrebitado*. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia., 1920. (Fragmento).

- Entre 1920 e a atualidade, o Brasil passou por três reformas ortográficas, isto é, três mudanças nas regras de escrita das palavras. Transcreva do texto cinco vocábulos ou expressões que tenham sofrido alterações ao longo do tempo.
- Que palavras são empregadas mais comumente hoje no lugar de *jururu* e *reinadeira*?
- Releia o trecho “que lá mora des’que nasceu”. Por que essa é uma construção estranha para o leitor atual?
- Anastácia é apresentada como uma “excelente negra de estimação”. Qual era a provável função dessa personagem na casa?
- A abolição da escravidão aconteceu em 1888, portanto, três décadas antes da publicação dessa obra de Monteiro Lobato. Como se explica, então, o uso da expressão “negra de estimação” e seu tratamento por “preta”?
- Com base na reflexão proposta no item e, explique como a linguagem revela a ideologia em vigor no contexto histórico do início do século XX.

2. Leia um trecho do artigo a seguir, publicado no site de uma revista que trata de esportes náuticos. O texto apresenta táticas para enfrentar tempestades em alto-mar.

Aquartelar o barco

Essa é uma tática de enfrentar tempestades para a maioria dos veleiros e, em especial, para aqueles equipados com buja de tempestade e vela de tempestade triangular. A ideia é dar um bordo, porém deixar a buja aquartelar, ao mesmo tempo em que se folga a mestra, sem que ela paneje. A seguir, o leme é comandado para ficar paralelo à buja. Na posição de aquartelado, o barco movimenta-se simultaneamente para frente e para o lado. A componente para a frente é intencionalmente diminuída quando se folga a mestra e ao mesmo tempo o movimento para sotavento é incrementado. A quilha “estola”, gerando um vórtex de turbulência na água a barlavento. Há quem diga que essa turbulência ajuda a evitar que as ondas quebrem. Pode ser. O que tenho certeza é que a manobra reduz o movimento a bordo, como se alguém tivesse “desligado a chave” da tempestade. Em alguns *sloops* mais modernos, cujo mastro fica posicionado mais próximo à proa, é possível executar essa manobra só com a mestra. Muitos velejadores acham que conseguem ficar mais aprumados com o vento se, em vez da vela triangular de tempestade, usarem a mestra rizada.

Disponível em: <<https://mariner.com.br/2019/03/14/taticas-tempestades-alto-mar/>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

Investigue

No século XX ocorreram avanços na discussão sobre a inserção do negro na sociedade brasileira. Que lei define os crimes de racismo no Brasil e em que ano ela foi criada? O que ela determinou? Qual é a importância da lei?

Fala aí!

Você realiza alguma atividade que exija o uso de jargão? Comente com a turma.

171

A atividade 2, da página 171, tem continuidade na página 172. Cabe observar que todos os exercícios desta atividade seguem voltados para o estudo das variedades linguísticas.

Figura 13 – Variação e adequação linguística na prática 2.

- O texto emprega palavras específicas da área dos esportes náuticos. Cite aquelas que você não conhece.
- O fato de muitas palavras pertencerem à mesma área pode favorecer a compreensão do significado dos termos desconhecidos? Explique sua resposta.
- Mesmo quem não conhece o termo *mestra* poderia entender seu sentido usando apenas o texto. Como isso é possível?
- O autor do texto explica, com precisão, o motivo de a manobra do aquartelamento favorecer a navegação nas tempestades? Justifique.
- Se você estivesse no lugar do autor da postagem, optaria por reduzir o emprego de jargões relativos aos esportes náuticos? Por quê?

Bate-papo de respeito

E a gente chegou a um estágio de descoberta sociolinguística que nos permite dizer com segurança que "Nóis vai" não é errado, é apenas inadequado para algumas situações.



Professor Cosme Batista dos Santos, da Universidade do Estado da Bahia.

Disponível em: <<http://www.cienciaecultura.ufba.br/agenciadenoticias/entrevistas/cosme-batista/>>. Acesso em: 25 maio 2020.

Muitos especialistas afirmam que não existe erro no uso da língua. Mesmo antes de se iniciarem os estudos formais da língua na escola, o falante já a utiliza com eficiência, interagindo com os outros falantes, compreendendo e sendo compreendido.

Qual seria, então, o papel da escola quando ensina a língua portuguesa? Converse com seus colegas e cheguem a um consenso.

3. Leia a transcrição da apresentação de uma série de reportagens intitulada "A língua que a gente fala", exibida pela Rede Globo.

Sandra Annenberg: Tá ligado na série que a gente vai começar hoje?

Evaristo Costa: E eu vou dar um exemplo de mais ou menos como é que a gente fala. Vou chamar um câmera, quer ver? Ô Antonelli. Vem ni mim, Antonelli. Filma eu, véio. Cê tá achando que o jeito que eu tô falando tá errado? Bom, muitos linguistas conceituados que estudam a língua portuguesa defendem que na comunicação falada não tem essa de certo ou de errado. O importante é que a gente se faça entender, não é mesmo?

Sandra Annenberg: Isso é o mais importante, sem dúvida nenhuma: a comunicação, né? Agora, se é pra escrever um trabalho, assim, falar em público como a gente, tem que saber a norma culta da língua, né? E todas as regras gramaticais. Mas até a escrita muda, aos poucos vai absorvendo as mudanças da fala, ainda mais com a internet, né?

Evaristo Costa: É isso que a gente vai ver. A repórter Anna Zimmerman esteve em quase todas as regiões do país pra mostrar a língua sem retoque, a língua que a gente fala. É o tema de uma série de reportagens que a gente começa a exibir a partir de hoje. Taca-le pau!

Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2015/03/serie-do-jornal-hoje-fala-sobre-lingua-coloquial-falada-nas-ruas.html>>. Acesso em: 25 maio 2020. (Fragmento).

Na página 172 disposta acima, verifica-se que os autores ainda discutem a variação, trazendo agora a fala de um especialista na área da Sociolinguística. Além disso, coloca para o aluno uma reflexão sobre o papel da escola no ensino de Língua Portuguesa, reflexão bastante válida a se fazer dentro de um estudo sociolinguístico em sala de aula. Logo após, introduzem a terceira atividade desta seção, na qual os estudantes devem trabalhar com mais uma transcrição, dessa vez de uma apresentação de uma série de reportagens. Dentro da atividade, alterna-se o estudo sobre variação e interpretação textual, mas sem perder o foco na VL.

Na página 173, apresentada abaixo, há as atividades 4 e 5, sendo a atividade 5 utilizada para trabalhar a variedade urbana de prestígio, porém fazendo contraponto, no mesmo texto, com uma variedade menos prestigiada. Isso coloca o aluno frente a frente com duas variedades que aparecem juntas em um mesmo texto, criando uma situação excepcional para o aprendizado e a reflexão a respeito da heterogeneidade da língua. Segue a figura da página 173:

Figura 14 – Variação e adequação linguística na prática 3.

a) Que estratégia os apresentadores empregaram para introduzir a série de reportagens preparadas para o telejornal?

b) Durante essa apresentação, os jornalistas riram diversas vezes. O que pode tê-los divertido?

c) Na sua opinião, o texto de apresentação da série mostra um bom conhecimento dos fenômenos que envolvem a variação linguística e o aspecto *adequação*? Por quê?

d) A repórter responsável pela série, Anna Zimmerman, viajou pelo país a fim de obter informações para fazer seu trabalho. Que importância tem essa iniciativa?

e) O apresentador chama a “língua que a gente fala” de “a língua sem retoque”. O que essa expressão significa no contexto da fala dele?

f) A segunda fala da apresentadora revela marcas bastante típicas da oralidade, evidenciando que ela não está lendo um texto. Quais são essas marcas?

3. No *site* do mesmo telejornal, foi divulgada uma notícia sobre a série de reportagens contendo *links* para suas várias partes. Veja, a seguir, os comentários de alguns internautas.

ANDRÉ DE ANDRÉ RIVINEL

L. M.
Achei muito interessante falar sobre o regionalismo que existe no Brasil. A língua falada por todos os brasileiros “mano”.
9 7

L. A. há 2 meses
Matéria “poi d’agua”, com ela vamos poder conhecer um pouco mais das variações da língua falada. Parabéns, já estou na expectativa das próximas...
10 1

Fonte: <<http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2015/03/serie-do-jornal-hoje-fala-sobre-lingua-coloquial-falada-nas-ruas.html>>.
Acesso em: 25 maio 2020.

Fala aí!

Você costuma postar comentários em *sites* ou *blogs*? Quais assuntos estimulam sua participação? Se você não posta, qual é o motivo disso?

a) O conteúdo dos comentários mostra uma boa apreensão das reportagens? Explique.

b) Algumas palavras ou expressões dos internautas foram marcadas com aspas. O que isso sugere sobre a intimidade deles com essas formas linguísticas? Justifique.

3. Leia o trecho de uma obra de História dedicada ao estudo da vida de trabalhadores rurais.

Aos 19 anos, dona Matilde casou-se com José Bruno Schaefer, hoje já morto. Juntos migraram primeiramente para o município de Alecrim, no interior do estado do Rio Grande do Sul [...]:

Lá onde eu disse, dei minha vaca e 14 porco e mais uns troco de dinheiro para nós poder comprar a primeira terrinha. Compramo. E depois dali, nos voltamo. Daí vendemo, porque todo mundo falava que as criança tava muito doente, que falaram que era por causa da água que não tava boa. Daí vendemos lá, viemos pro Paraná.

Ao tecer suas memórias, ganha relevo o significado da terra, que à época, como se pôde observar, ainda não alçava os valores especulativos capitalistas que atualmente conhecemos. [...]

LAVERDI, Robson. *Tempos diversos, vidas entrelaçadas; trajetórias itinerantes de trabalhadores no extremo-oeste do Paraná*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005. (Fragmento).

a) No primeiro e no terceiro parágrafos do texto, a escrita segue as variedades urbanas de prestígio. Por que o autor usou essa forma de linguagem?

b) O autor incluiu em seu discurso o depoimento de uma camponesa. Sobre o que ela fala? Por que é importante incluí-lo?

c) Como o assunto abordado pela camponesa se relaciona com a pesquisa feita pelo autor?

d) No depoimento da trabalhadora, percebemos uma característica comum em algumas variedades linguísticas: a ideia de plural mostrada apenas em uma das palavras de uma expressão, como ocorre em “uns troco de dinheiro”. Transcreva outra expressão em que isso acontece e levante uma hipótese para justificar essa regra.

e) Mostre, copiando outras expressões do texto, que essa tendência não ocorre nas variedades urbanas de prestígio.

Na página seguinte (174), a atenção já não mais está voltada para a VL, passando-se a trabalhar recursos estilísticos. O capítulo ainda segue fazendo a diferenciação entre língua falada e escrita, todavia, com foco maior no planejamento da escrita e na adequação necessária quando se transita da oralidade para o registro escrito. Ainda na p. 174, na atividade 5, letra d, é pedido que se faça a transcrição de outra expressão de variedade menos prestigiada que seja diferente da apresentada no texto. O exercício não deixa claro se a expressão deve ser transcrita do texto ou se o aluno deve encontrá-la de outra forma, mas, se bem guiada pelo professor, torna-se uma oportunidade de trabalho com oralidade, sendo, portanto, a única atividade que trabalha a oralidade dentre os recortes analisados.

Apesar de encerrada a atenção que se dedicava ao estudo da variação e mesmo não havendo menção ou esclarecimento sobre o que é o vernáculo, esta foi a coleção que mais se dedicou ao estudo da VL e em levar ao aprendiz textos de variedades menos prestigiadas por meio de duas transcrições. Dessa forma, ainda que o vernáculo siga sem ser estudado, sequer mencionado conceitualmente, ele apareceu por meio das transcrições. A variação também foi bem trabalhada, mesmo que sucintamente, levando o aluno a visualizar a diferença entre os tipos de variedades mais comuns e colaborando para que o professor consiga discorrer sobre a temática em sala de aula, talvez até facilitando uma complementação das atividades.

Para o fechamento desta análise, segue um quadro com o resumo dos elementos verificados, de forma a condensar os pontos principais investigados nesta dissertação.

Quadro 3: Resumo da análise.

Observações	Estações Língua Portuguesa: rotas de atuação social (1º ao 3º ano do EM)	Interação Português (1º ao 3º ano do EM)	Se Liga nas Linguagens – Português (1º ao 3º ano do EM)
A coleção aborda a VL?	Sim, ainda que somente em um trecho de um capítulo.	Sim, somente em um trecho pequeno dentro da coleção.	Sim. Mesmo que em um ponto específico da coleção, foi uma abordagem satisfatória.

Existe uma parte específica dedicada à VL?	Pode-se considerar que há 4 páginas que dão destaque à variação, sendo 2 delas mais dedicadas à temática.	Três páginas são dedicadas, mas o trabalho com a VL é mesclado com intertextualidade.	Foram seis páginas dentro de um capítulo da obra.
Há referências às variedades menos prestigiadas dentro da coleção?	Não.	Sim. Há uma explicação sobre variedades menos prestigiadas, bem como um exemplo.	Sim.
Há a abordagem do conceito de vernáculo?	Não.	Não.	Não.
O uso do vernáculo está presente em alguma atividade oral da coleção?	Não.	Está presente em parte de uma atividade de interpretação, mas não é uma atividade oral.	Sim.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação, por meio de uma visão sociolinguística, investigou se eram abordados os conceitos de variação linguística e vernáculo em três coleções do Ensino Médio, escolhidas aleatoriamente. As obras analisadas foram aprovadas no PNLD de 2021, sendo os livros distribuídos para rede pública de ensino no Brasil. Após o estudo das coleções, averiguou-se que, nos dois primeiros livros, a variação linguística, bem como o vernáculo não receberam um tratamento adequado.

A primeira coleção apresenta a variação linguística de forma dispersa entre outros assuntos, como o trabalho com interpretação, literatura e elementos textuais. Não é possível dizer que a obra “dedicou” uma parte de seu conteúdo ao ensino da variação, uma vez que foram utilizadas mais integralmente apenas duas páginas. O tratamento da variação aparece incompleto, necessitando de uma complementação por parte do docente, além de pedir que o estudante investigue sobre a VL, não trazendo conceitos.

Pedir que os estudantes investiguem sobre um tema extenso sem ofertar uma conceituação primária pode tornar desestimulante o ensino/aprendizado sobre a variação em sala, uma vez que podem ser encontradas dificuldades, de natureza diversa, para a realização dessa pesquisa. O interessante seria, talvez, levar o aluno ao primeiro contato com os conceitos sobre variação e vernáculo, para, posteriormente, exigir dele uma investigação sobre assuntos relacionados ou uma complementação desse estudo por meio de pesquisa.

A primeira coleção nada abordou sobre o vernáculo, tampouco foram utilizados textos de fala vernacular ao longo do livro. Também não foram encontradas atividades com oralidade. Dessa maneira, assim como em pesquisas anteriores, verificou-se que a abordagem sobre VL nos LD segue tímida e incompleta.

Na segunda coleção, tem-se um resultado bastante semelhante. Nela, os textos trabalhados puxam a reflexão para as variedades mais monitoradas, mais formais. Poucos exercícios dentro das atividades são voltadas para o ensino da variação, sendo, assim como na primeira coleção, mesclado a outros temas, como a intertextualidade, no caso. Uma charge é utilizada para as atividades, porém, não aproveitada corretamente, podendo ser mais explorada. Outra vez não há explicação, sequer menção, sobre o vernáculo e não há atividade que trabalhe a oralidade.

Diferentemente da primeira coleção, a segunda conceitua VL e mostra ao estudante que a comunicação pode ocorrer de diferentes formas, sendo todas elas válidas. Há uma pequena elucidação sobre preconceito linguístico, mas, apesar de trazerem uma charge com o vernáculo da língua, esse vernáculo não é trabalhado, explicitado, assim como a charge deixa de ser aproveitada em sua totalidade. Em suma, tem-se, novamente, um trabalho tímido com a VL em uma coleção tão extensa.

Finalizando com a terceira coleção, surpreende-se ao verificar que esta tem um trabalho bem mais aprimorado e dedicado com a VL. Os autores conseguem trazer, mesmo que em um pedaço pequeno da coleção, não somente uma boa e objetiva conceituação sobre variedades linguísticas, como apresentam textos transcritos, o que tem se mostrado uma raridade em LD de Língua Portuguesa.

Outro ponto favorável é o de que foi a coleção que mais dedicou espaço à temática da variação, com atividades reflexivas e interessantes. Apesar disso, o vernáculo enquanto conceito não é abordado, aparecendo somente nas transcrições. Isso é lamentável, visto que a oportunidade para explicar o que é o vernáculo apresentou-se, mas não foi aproveitada. Em síntese, foi a coleção que mais surpreendeu e que mais se esforçou para trabalhar a VL dentro do LD.

Nesta pesquisa, procurou-se mostrar o que os livros didáticos de Língua Portuguesa, que vêm sendo trabalhados nas escolas públicas, têm trazido sobre a variação linguística. A Sociolinguística, apesar de recente em termos de área de estudo, já existe há bastante tempo e muitas normas já surgiram e foram substituídas desde então. Isso significa que há muito deveria ser comum o estudo da variação dentro dos livros didáticos, dentro da sala de aula.

Incomoda ver a forma como a variação segue “esmagada” pelo ensino de gramática, pelo ensino tradicional e pelo prestígio/privilégio que a variedade culta e a norma-padrão têm dentro do espaço escolar brasileiro. É triste perceber que, mesmo na BNCC, a preocupação com o ensino de VL ainda é pequeno, que os livros aprovados no PNLD seguem para as escolas omitindo muito do que poderia ser trabalhado com os alunos.

A reflexão a que se chega é a de que o ensino da variação e o trabalho com o vernáculo da língua caminham a passos lentos, lutando sempre contra a estrutura tradicional. Nas palavras de Bagno (2013, p. 43),

Reconhecer a heterogeneidade intrínseca de qualquer língua humana junto com os mitos, preconceitos, representações e juízos de valor que incidem

sobre ela é um componente básico da educação linguística que visa formar cidadãos conscientes da realidade social, cultural e política em que vivem.

Ao final das considerações sobre vernáculo, variação linguística e tudo o que foi revelado por meio deste estudo, fica aberto um caminho para uma nova investigação, desta vez, quem sabe, sobre os desdobramentos que podem ser seguidos para que a variação seja incluída, de fato, nos livros didáticos. Essa inclusão necessita ser realizada de forma a perpassar todo o manual e não somente se limitando a pontos específicos do livro, reduzindo o estudo da variação somente a um ano do EM, como se esse aspecto da língua tivesse de ser tratado de maneira pontual e desvinculado de todo o restante. A língua é dinâmica, variável e, por isso, precisa ser analisada constantemente levando em consideração a sua diversidade que está presente em todos os ciclos sociais, em todos os momentos históricos.

REFERÊNCIAS

BAGNO, M. **Nada na língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

_____. **Sete erros aos quatro ventos**: a variação linguística no ensino de português. São Paulo: Parábola, 2013.

_____. A inevitável travessia: da prescrição gramatical à educação linguística. In: BAGNO, M.; GAGNÉ, G.; STUBBS, M. **Língua materna**: letramento, variação e ensino. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2002, p. 13-84.

BAGNO, M. **Variação linguística e ensino**. Publicado pelo canal Parábola Editorial. Youtube, 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=S3wFZgfHSVU>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

BARROS, F. P. *et al.* **Estações língua portuguesa**: rotas de atuação social. 1. ed. São Paulo: Ática, 2020.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Manual de sociolinguística**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. **Educação em língua materna**: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BRASIL. Decreto n. 91.542, de 19 de agosto de 1985. **Câmara dos Deputados**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91542-19-agosto-1985-441959-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**. Versão final. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2020.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/33038>>. Acesso em: 25 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Editais de convocação nº 03/2019 – CGPLI**. Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas, literárias e recursos digitais para o programa nacional do livro e do material didático PNLD 2021. Pregão nº 151/2007. Brasília: FNDE, 27 de nov. 2019. Disponível em: <<chrome-extension://efaidnbmninnkpcjpcglclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Fwww.gov.br%2Ffnde%2Fpt-br%2Facao-a-informacao%2Facoes-e-programas%2Fprogramas%2Fprogramas-do-livro%2Fconsultas-editais%2Feditais%2Feditais>>.

pnld-

2021%2FEDITAL_PNL2021_CONSOLIDADO_13__RETIFICACAO_07.04.2021.pdf&clen=1568547&chunk=true>. Acesso em: 03 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de livros didáticos PNLD 2021: Língua portuguesa: ensino médio**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2021.

Disponível em: <https://pnld.nees.ufal.br/assets-pnld/guias/Guia_pnld_2021_didatico_Apresentacao.pdf>. Acesso em: 25 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conheça a história da educação brasileira**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pet/33771-institucional/83591-conheca-a-evolucao-da-educacao-brasileira>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

BUNZEN, C. Conhecimentos linguístico na escola: como os livros didáticos vêm caminhando nesse terreno nebuloso? In: COSTA VAL, M. da G. (Org.). **Alfabetização e língua portuguesa: livros didáticos e práticas pedagógicas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, Ceale/Fae/UFMG, 2009, p. 87-110.

CAMACHO, R. G. Sociolinguística: parte 2. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. v.1, 1.ed. São Paulo: Cortez, 2001, p. 49-75.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CEZARIO, M. M.; VOTRE, S. Sociolinguística. In: MARTELOTTA, M. E. (Org.). **Manual de linguística**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012, p. 141-155.

CIRÍACO, L. O ensino de gramática nas aulas de língua portuguesa: como fazê-lo funcionar? In: CANO, M. R. de O. (Org.). **Língua portuguesa: sujeito, leitura e produção**. São Paulo: Blucher, 2016, p. 95-107.

CLARE, N. de A. V. Ensino de língua portuguesa: uma visão histórica. In: **Revista Idioma/UERJ**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 23, p. 7-24, jan./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.institutodeletras.uerj.br/idioma/numeros/23/idioma23.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2021.

COELHO, I. L. et al. **Sociolinguística**. 1. ed. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2010.

CYRANKA, L F. M. Sociolinguística aplicada à educação. In: MOLLICA, M. C.; JUNIOR, C. F. (Orgs.). **Sociolinguística, sociolinguísticas: uma introdução**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2016, p. 167-176.

_____. A pedagogia da variação linguística é possível? In: ZILLES, A. M. S.; FARACO, C. A. (Orgs.). **Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino**. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015, p. 19-30.

FARACO, C. A. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FARACO, C. A. **Bases para uma pedagogia da variação linguística**. Publicado pelo canal Abralin. Youtube, 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3kS-RHie0Zw>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Ministério da Educação, Brasil. **PNLD Histórico**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-historico>>. Acesso em: 19 set. 2020.

FREITAG, B.; MOTTA, V. R.; COSTA, W. F. **O estado da arte do livro didático no Brasil**. Brasília: INEP, 1987. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/ResultadoPesquisaObraForm.do?first=50&skip=50&ds_titulo=&co_autor=&no_autor=&co_categoria=44&pagina=2&select_action=Submit&co_midia=2&co_obra=&co_idioma=&colunaOrdenar=NO_AUTOR&ordem=asc>. Acesso em: 20 jul. 2021.

GONZÁLEZ, C. A. Variação linguística em livros de português para o EM. In: ZILLES, A. M. S.; FARACO, C. A. (Orgs.). **Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino**. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015, p. 225-245.

LIMA, R. J. Variação linguística e os livros didáticos de português. In: MARTINS, M. A.; VIEIRA, S. R.; TAVARES, M. A. (Orgs.). **Ensino de português e sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2014, p. 115-131.

LUCCHESI, D. O contato entre línguas na história sociolinguística do Brasil. In: VALENTE, A. C. (Org.). **Unidade e variação na língua portuguesa: suas representações**. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015, p. 80-100.

MARTINS, R. M. F.; GUIMARÃES, D. M. L. O. A prática da variação linguística e a variação linguística na prática da sala de aula. In: CANO, M. R. de O. (Org.). **Língua portuguesa: sujeito, leitura e produção**. São Paulo: Blucher, 2016, p. 65-76.

ORMUNDO, W.; SINISCALCHI, C. **Se liga nas linguagens: português**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2020.

POPE, C.; MAYS, N. **Pesquisa qualitativa na atenção à saúde**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

RAUPP, E. S. Ensino de língua portuguesa: uma perspectiva histórica. **Revista Publicatio/UEPG**, Ponta Grossa, v. 13, n. 2, p. 49-58, dez. 2005. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/humanas/article/view/544/545>>. Acesso em: 09 jan. 2021.

SETTE, G. *et al.* **Interação português**. 1. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2020.

SOARES, M. Verbete LETRAMENTO. In: FRADE, I.; VAL, M. da G. C.; BREGUNCI, M. da G. B. (Org.). **Glossário Ceale** - termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores. 1. ed. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <<http://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/>>. Acesso em: 08 dez. 2020.

TRASK, R. L. **Dicionário de linguagem e linguística**. Tradução de Rodolfo Ilari. Revisão técnica Ingedore Villaça Koch, Thais Cristófaros Silva. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

VERCEZE, R. M. A. N.; SILVINO, E. F. M. O livro didático e suas implicações na prática do professor nas escolas públicas de Guajará-Mirim. **Revista Práxis Educacional/UESB**, Vitória da Conquista, v. 4, n. 4, p. 83-102, 2008. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/view/328>>. Acesso em: 25 fev. 2020.